

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JOSÉ EDUARDO FERNANDES

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA: OS LIMITES E DESAFIOS NOS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA
PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA

2015

JOSÉ EDUARDO FERNANDES

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA: OS LIMITES E DESAFIOS NOS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA
PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em
Educação, da Universidade Federal de Uberlândia,
como exigência parcial para a obtenção de Título de
Mestre em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educa-
ção.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena

Uberlândia

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F363f
2015

Fernandes, José Eduardo, 1968-

A formação para o trabalho da agricultura familiar camponesa: os limites e desafios nos processos de resistência para a produção e comercialização na cidade de Uberlândia / José Eduardo Fernandes. - 2015.

106 f. : il.

Orientador: Carlos Alberto Lucena.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Agricultura familiar - Uberlândia (MG) - Teses. 3. Sociologia educacional - Teses. 4. Trabalho - Aspectos sociais - Teses. 5. Trabalhadores rurais - Uberlândia (MG) - Teses. I. Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

JOSÉ EDUARDO FERNANDES

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA: OS LIMITES E DESAFIOS NOS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA
PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Dissertação aprovada para a obtenção de título
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Educação em Educação da Universidade Fede-
ral de Uberlândia (MG), pela banca examinado-
ra formada por:

Uberlândia, 04 de dezembro de 2015

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador)

Prof. Dr. Valter Machado Fonseca (Examinador - UNIUBE)

Profª. Dra. Fabiane Santana Previtali (Examinador - UFU)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha companheira Cristiane, pois a sua força contagia, seu sorriso entusiasma, sua energia dá coragem e inspira a todos de forma solidária e comprometida com os princípios mais nobres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos companheiros, companheiras, camaradas e familiares que, de forma solidária, contribuíram durante toda a minha vida para que eu pudesse chegar até aqui. Desejo, com muita ternura, que as pessoas que fizeram e fazem parte da nossa história de lutas e conquistas, estejam sempre presentes em nossas memórias.

Agradeço aos movimentos sociais da classe trabalhadora com os quais trabalhei nos últimos 30 anos e espero que meus filhos, Franciele, Karoline e Luiz Augusto, possam, um dia, trilhar esse mesmo caminho do conhecimento que constrói a prática solidária.

E por fim, orgulho-me de ter participado das aulas dos professores, Marcelo, Márcio, Myrtes, Olenir, Adriana, Robson e Fabiane e fico eternamente grato pela paciência, dedicação e conhecimento compartilhado. Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Carlos Lucena, pessoa a qual admiro e reconheço ser um dos formadores mais importantes que conheci.

A todos e todas, um fraterno abraço, e muito obrigado.

"Educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida".
(István Mészáros)

RESUMO

A Educação tem um papel fundamental, tanto para inculcar a ideia hegemônica como um processo "natural" de organização de sociedade por parte da burguesia, como para se contrapor, romper e superar os valores burgueses por parte dos trabalhadores. Está na essência do processo hegemônico capitalista a ideia de que é necessário treinar, adestrar e instrumentalizar o trabalhador com informações técnicas de mercado para viabilizar o seu trabalho para produzir. Assim, a educação é um dos caminhos que apontam para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Dentre essas alternativas, existem projetos desenvolvidos no âmbito de incubadoras universitárias destinadas a apoiar grupos de trabalhadores autogestionários que queiram organizar-se coletivamente para o enfrentamento das relações com o mercado e a superação conjunta das dificuldades. Dentro da perspectiva da incubação, como as entidades indutoras de transferência de conhecimento que atuam dentro do âmbito da Economia Solidária exercem essa tarefa de formar os trabalhadores em direção à construção da emancipação econômica? É hipótese deste trabalho, que a educação tradicional contemporânea tecnicista reforça a ideia hegemônica burguesa de sociedade (papel de fornecedor de matérias primas para a agregação de valor por terceiros), limita o trabalhador a exercer um papel determinado pelas elites detentoras do capital, bem como dos entes públicos que defendem a mesma lógica para os trabalhadores, disseminando o individualismo como forma de desenvolvimento. O Objetivo Geral desta dissertação é analisar os limites e desafios enfrentados por um grupo de trabalhadores da agricultura familiar camponesa incubados no CIEPS/UFU, a partir da década de 2010, para apropriar-se de tecnologias de produção e comercialização por meio de processos de formação para o trabalho. Para tanto, este trabalho fará o exercício de priorizar a qualidade das informações compartilhadas nos momentos de assessoria realizada para os empreendimentos de agricultores familiares camponeses, incubados no CIEPS/UFU. Para fazer a análise dessas informações será necessário identificar as realidades desses trabalhadores, suas atividades e dificuldades enfrentadas e ao mesmo tempo refletir sobre as esperanças, decepções, dificuldades e problemas vivenciados em suas trajetórias. A proposta para a construção de um coletivo de formação para o CIEPS tem a orientação na necessidade de pensar numa lógica de formação que tenha dois eixos fundamentais, ou seja, um de técnica, que possa transferir saberes acumulados em todas as áreas possíveis da universidade, que possibilite a apropriação dos conhecimentos, habilidade e valores aos trabalhadores, e outro eixo alicerçado na formação política ampla e que possibilite a formação da consciência de classe, que seja participativa e representativa das lutas sociais dos trabalhadores e que ambas tenham a articulação entre prática e teoria. O aprofundamento nos processos educacionais e a relação com a apropriação de conhecimento técnico articulado com a formação política por parte dos trabalhadores ainda é um desafio, para as relações solidárias mas que jamais deve deixar de ser prioridade no caminho da construção da emancipação humana.

Palavras-chave: Formação, Trabalho, Resistência, Camponês

ABSTRACT

Education has a crucial role, both to inculcate the hegemonic idea is a "natural" process of society organization by the bourgeoisie, such as to oppose, disrupt and overcome the bourgeois values by workers. Is the essence of the hegemonic capitalist process the idea that it is necessary to train, tame and instrumentalizing workers with market technical information to enable their work for producing. So education is one of the paths that point to improve the living conditions for the workers. Between alternatives, there are projects developed within university incubators to support self-managed groups of workers who want to organize ork collective work to confront the market relations and joint overcome the difficulties. From the perspective of incubation, such as carry entities of knowledge transfer that act within the scope of the Solidarity Economy exercise this task of educating workers toward the construction of economic emancipation? It hypothesis of this work, the technicalities contemporary education reinforces the hegemonic idea of society (the farmer is supplier of raw materials for value addition by third parties), which limits the worker to engage in a certain role by the elites holding the capital as well such as the public entities who hold the same logic for workers, spreading individualism as a means of development. The general objective of this dissertation is to analyze the limits and challenges faced by a group of workers of landman family agriculture incubated in CIEPS / UFU, from the 2010s to take ownership of production and marketing through education process technologies to the work. Therefore, this work will make the exercise of prioritizing the quality of information shared in times of advice made to the developments of family landman farmers, incubated in CIEPS / UFU. To make the analysis of this information is necessary to identify the realities these workers, their activities and difficulties and at the same time reflect on the hopes, disappointments, difficulties and problems experienced in their trajectories. The proposal to build a collective education process for CIEPS has guidance on the need to think of a logic that has two main arguments, a technique which can transfer accumulated knowledge at every possible areas of the university, which allows the appropriation of knowledge, skills and values for workers, and the other axis founded on broad policy and training that enables the formation of class consciousness, that is participatory and representative of the social struggles of the workers and that both have the link between practice and theory. Deepening the educational process and the relationship with the technical appropriation of knowledge coordinated with the political education for workers is still a challenge for the solidarity relations but that should can never stop be a priority in the path of construction of human emancipation.

Key words: Education, Labor, Worker's Resistance, Landsman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMPRA	Associação Camponesa da Reforma Agrária
AMU	Associação dos Mandaleiros de Uberlândia
CEAGEPE	Companhia de Abastecimento e Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEX	Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
COOPERAFA	Cooperativa da Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
FMI	Fundo Monetário Macional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITERRA	Instituto de Educação Josué de Castro
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPIA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - O CIEPS E A ASSOCIAÇÃO DOS MANDALEIROS DE UBERLÂNDIA	21
CAPÍTULO 2 - A AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.1. Quem é agricultor familiar?.....	32
2.2. Movimentos de precarização das condições de trabalho e resistência no campo	47
2.3. A produção agroecológica como fetiche do consumo.....	54
2.4. O individualismo e o estranhamento na produção de orgânicos	61
2.5. Desafios e dificuldades do trabalho cooperado	63
2.6. Os grandes gargalos para a viabilização econômica dos camponeses	66
CAPÍTULO 3 - LIMITES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO HOMEM DO CAMPO	72
3.1. Formação para o trabalho ou adestramento?	72
3.2. Os processos de formação e dependências.....	79
3.3. Para além da formação profissionalizante	81
3.4. As dificuldades de formação para o trabalho	83
CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO OMNILATERAL	90
4.1. Uma experiência de intervenção.....	90
4.2. Os desafios, a superação e o presente	91
4.3. Politecnica e educação omnilateral.....	94
CONCLUSÕES	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa representa um importante segmento das relações produtivas na agricultura do país. De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (MDA, 2015), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e ainda é responsável por 30% do PIB Agropecuário. Ainda merece destaque o fato de 12 milhões de brasileiros estarem ocupados com a produção da agricultura familiar, o que consolida esse segmento produtivo como essencial para a economia do país.

No entanto, os agricultores familiares camponeses têm uma grande dificuldade de se apropriar do valor agregado de sua produção, pelo fato de que a comercialização é um processo urbano (SILVA e CLEPS, 2009), e há uma infinidade de impedimentos, para uma grande parcela dos agricultores familiares, principalmente aqueles que se aproximam do conceito de camponês, em assumir outras tarefas na cadeia produtiva que poderiam lhe proporcionar a retenção desses valores. O trabalhador camponês se vê compelido a entregar sua produção ao atravessador para que o mesmo assuma o papel de agregar valor¹ e/ou distribuir para o consumidor final. Os atravessadores ou intermediários são elementos que interagem no processo de comercialização, adquirindo a produção dos agricultores e disponibilizando os produtos para a venda ao consumidor, ou para transformação na agroindústria. O atravessador vai até o lote do agricultor, faz uma oferta pela produção; muitas vezes essa oferta é tentadora para o produtor, que acaba cedendo ao imediatismo e entrega a produção com valores muito abaixo do que será vendido na operação final. Esse atravessador tem uma vantagem perante o agricultor, que é o transporte e o domínio da logística para a entrega, o que significa para o agricultor uma barreira muitas vezes intransponível. Nesse processo também é muito comum a atuação de intermediários como restaurantes ou mercadinhos, que realizam uma operação muito parecida, mas com o diferencial de que acabam agregando mais valor ao produto, por meio de processamentos, além do simples transporte de um lugar para outro.

Os camponeses enfrentam, dentre tantas dificuldades, o enraizamento do individualismo nas relações entre seus iguais e acabam por inviabilizar a criação de organiza-

¹ Agregação de valor está colocado no sentido de incorporar valor subjetivo a cada processo executado no produto/serviço que justifique um preço a maior em relação a um produto/serviço *in natura*, portanto significa incorporar benefícios a um produto/serviço de forma a ser percebido pelo cliente como superior as alternativas percebidas (KOTLER E KELLER, 2006).

ções que visem o trabalho cooperado e a otimização de infraestrutura (BETANHO, 2008). Uma das possíveis origens desse individualismo pode ser reflexo do modelo hegemônico de formação para o trabalho, que afeta aqueles que vivem do trabalho. A Educação tem um papel fundamental nesse processo, tanto para inculcar a ideia hegemônica como um processo "natural" de organização de sociedade por parte da burguesia, como para se contrapor, romper e superar os valores burgueses por parte dos trabalhadores. Portanto os processos educacionais, estejam eles dentro ou fora da escola, entrelaçados ou não ao trabalho, têm relevante significância na formação do indivíduo como sujeito social, pois como afirma Lucena (2012, p.96), "...o tempo é histórico e uma construção cultural que, por meio de nossa prática cotidiana, incorporamos e reproduzimos segundo nossa subjetividade, construída pelo conjunto de práticas sociais superpostas ao longo de toda a nossa história de vida".

Mesmo com a educação sendo acessível para o homem do campo, a formatação tradicional de se educar, acaba sendo mais um modo de reprodução do processo hegemônico da organização econômica da sociedade burguesa (SAVIANI, 2013). Se a educação serve para igualar os humanos em termos de conhecimentos e desenvolvimento para o trabalho, e os filhos dos trabalhadores têm à disposição o mesmo conteúdo dos filhos dos ricos, por que até o período anterior à implantação do Enem² e das Cotas³, o ingresso à universidade pública era quase que sua totalidade preenchido pelos filhos das elites? Não é possível admitir que os filhos dos trabalhadores tenham menor capacidade cognitiva e, portanto, que não conseguem entender o conteúdo oferecido pela escola. Ora, é certo que mesmo que os conteúdos estejam disponibilizados de forma equânime para os alunos das escolas públicas, como exemplo, existem diversos fatores que influenciam na diferenciação da absorção e utilização desses conhecimentos.

Como salienta Saviani (2013), democratizar o acesso ao conhecimento, dando a impressão de que todos terão acesso irrestrito a ele, não significa que as diferenças entre as classes está superada. Transformar um camponês em empreendedor capitalista tradicional, está na essência do processo hegemônico, ou seja, é necessário treiná-lo, adestrá-

² O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Em 2009 o Enem passa por reformulações principalmente com o objetivo de democratizar o acesso às Universidades Federais do país, e passa a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) (BRASIL, 2015).

³ A solução encontrada para que se diminuísse o déficit histórico de presença de negros e pobres nas universidades brasileiras foi a adoção de ações afirmativas por meio de reservas de vagas, que ficaram conhecidas como cotas e começaram a ser implantadas nas Universidades Federais a partir de 2003 (CARVALHO, 2014).

lo e instrumentalizá-lo com informações técnicas de mercado para viabilizar o seu trabalho para produzir e entregar sua produção ao atravessador/intermediário. O conhecimento e domínio das relações existentes no processo produtivo deve num primeiro momento ser absorvido, e o camponês conseguirá melhorar de vida, mas num processo histórico, isso não significa que ele se emancipará das armadilhas do mercado. Saviani (2008) alerta para o fato que os filhos deles poderão reproduzir as mesmas práticas opressoras que os conduziram à situação de marginalidade, impondo a outros trabalhadores rurais a situação de exploração de que seus pais pensaram que se livraram.

Assim, a educação é um dos caminhos que apontam para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. No entanto, os processos de formação podem acontecer reforçando o modelo hegemônico, tendo como princípio a aceitação, mesmo que tácita, das regras da sociedade burguesa e suas conseqüências, ou podem acontecer por meio de alternativas que busquem organizar e fortalecer os movimentos de resistência para que seja possível num futuro construir a emancipação humana.

Dentre essas alternativas, existem projetos⁴ desenvolvidos no âmbito de incubadoras universitárias destinadas a apoiar grupos de trabalhadores autogestionários que queiram organizar-se coletivamente para o enfrentamento das relações com o mercado e a superação conjunta das dificuldades. A Universidade Federal de Uberlândia -UFU, abraça uma dessas iniciativas, o Centro de Incubação de Empreendimentos populares Solidários - CIEPS. A partir dos princípios da Economia Popular Solidária, busca-se, nos processos de organização e formação para o trabalho, construir caminhos alternativos de troca de conhecimentos, que agreguem saberes e apontem para a melhoria das condições de vida. Consequentemente, o CIEPS trilha um caminho de resistência, podendo configurar-se como anticapitalista, ou apenas como questionador da realidade. No futuro pretende-se que os conhecimentos gerados sejam basilares das emancipações dos empreendimentos incubados.

Dentro da perspectiva da incubação, como as entidades indutoras de transferência de conhecimento que atuam dentro do âmbito da Economia Popular Solidária exercem

⁴ Esta dissertação é resultado parcial do Projeto “Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária no município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro (MG)”, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Betanho. Seus resultados são compartilhados pelos Projetos desenvolvidos pelo Cieps/Proex/UFU com financiamento do MCTI/CNPq/ MAPA/MDA/MEC/MPA como o “Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia”, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Betanho; “Centro de Engenharia para o Desenvolvimento Social”, coordenado pelo Prof. Me. Hilano José Rocha de Carvalho, financiado pelo MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq.

essa tarefa de formar os trabalhadores em direção à construção da emancipação econômica? Quais as possibilidades, os limites e os desafios que a proposta de formação do CIEPS deve enfrentar rumo à formação emancipatória para o trabalho?

É hipótese deste trabalho, que a educação tradicional contemporânea tecnicista reforça a ideia hegemônica burguesa de sociedade (papel de fornecedor de matérias primas para a agregação de valor por terceiros), limita o trabalhador a exercer um papel determinado pelas elites detentoras do capital, bem como dos entes públicos que defendem a mesma lógica para os trabalhadores, disseminando o individualismo e a meritocracia⁵ como forma de desenvolvimento humano. Portanto, uma proposta de educação libertadora dentro da ótica marxista da omnilateralidade, poderia transformar a educação em um instrumento político de emancipação humana, a partir da intensificação dos movimentos de resistência que promovam o rompimento com o modelo de produção capitalista de exploração do homem sobre outro homem.

A dissertação objetiva analisar os limites e desafios enfrentados por um grupo de trabalhadores da agricultura familiar camponesa incubados no CIEPS/UFU, a partir da década de 2010, para apropriar-se de tecnologias de produção e comercialização por meio de processos de formação para o trabalho.

Como Objetivos Específicos, pretende-se apresentar o caso da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia - AMU, a partir do acompanhamento do processo de incubação iniciado em 2011, que servirá de contextualização dos limites e das contradições vivenciadas pelos agricultores camponeses; contextualizar o universo da agricultura familiar no Brasil, caracterizando o objeto de pesquisa, as conseqüências das condições do trabalho organizado a partir do modo de produção capitalista, apresentando-se os problemas enfrentados para a proposta de fazer mercados; apresentar os processos de formação na Economia Popular Solidária e os processos de incubação adotados pelo CIEPS; levantar e analisar a atual situação dos trabalhadores da agricultura familiar camponesa, acompanhados pela assessoria do CIEPS em relação a produção e comercialização e suas dificuldades; relacionar essas condições de formação para o trabalho

⁵ Do Grego *meritokrē'sis*, significa uma forma de liderança que se baseia no mérito pessoal, em vez de se basear em riqueza ou estatuto social. Sistema social que se baseia nessa forma de liderança. Como contraponto, Trópia (2008, p.9), citando Braverman, afirma que "a separação entre trabalho manual e trabalho não-manual aparece para os trabalhadores [assalariados não-mauais] como uma hierarquia natural fundamentada nos dons e nos méritos pessoais. Mais precisamente, a ideologia da meritocracia à medida que apaga da consciência destes trabalhadores o fato de serem explorados tanto quanto os assalariados produtivos, substitui tal contradição pelas diferenças: o sentimento de superioridade, o preconceito, a marginalização social e inúmeras formas de segregação social – representações sociais tão comuns entre os assalariados não-manuais – seriam reações à igualização social dos trabalhadores".

com as dificuldades de se apropriarem do valor agregado gerado por suas produções; refletir sobre a possibilidade de um processo de formação para o trabalho do homem do campo que aponte, dentro dos princípios marxistas, uma ideia contra-hegemônica de resistência para a educação, que possibilite no futuro a formação omnilateral da classe trabalhadora.

Uma das características que o pesquisador encontrou na área da educação é a possibilidade de exercer a subjetividade quando definimos nossa pesquisa e interpretamos fatos de acordo com as nossas construções, alicerçadas no conhecimento acumulado até então, o que aponta para uma compreensão de que a materialidade condiciona a vida em sociedade (ALVES, 2010).

Analisar a realidade é o papel do pesquisador que, no exercício de interpretar o mundo, busca construir um novo olhar sobre o conhecimento, portanto é necessário utilizar a orientação de um método, para obter cientificidade.

Para tanto, este trabalho fará o exercício de priorizar a qualidade das informações compartilhadas nos momentos de assessoria realizada para os empreendimentos de agricultores familiares camponeses, incubados no CIEPS/UFU. Para fazer a análise dessas informações será necessário identificar as realidades desses trabalhadores, suas atividades e dificuldades enfrentadas e ao mesmo tempo refletir sobre as esperanças, decepções, dificuldades e problemas vivenciados em suas trajetórias. De acordo com Marx (2007, p.87),

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é muito mais uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam, tanto com o que produzem como também como o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Assim, é necessário não perder a perspectiva de que é fundamental, além de compreender as relações de trabalho, sempre considerar que existem condições históricas e reais de vida que influenciam a capacidade de apropriação de conhecimento. O pesquisador parte do princípio de que este trabalho é fruto de suas convicções e de seu percurso de vida, que está ligado a militância junto aos movimentos sociais. Portanto, dado que analisa a realidade de um determinado grupo de trabalhadores, se afasta da neutralidade à medida que o esforço pretende deixar uma contribuição para a classe trabalhadora.

ra. No avanço desta investigação, partindo das informações empíricas e mais próximas das realidades dos trabalhadores camponeses, serão apresentadas as diferentes conexões que existem entre essas realidades individuais, a história e a transformação da sociedade.

Alves (2010 p.8) descreve as categorias que o materialismo histórico-dialético utiliza para a construção da reprodução das relações sociais, assim:

A implementação do método marxiano, pressupõe como ponto de partida, a apreensão do real imediato (a representação inicial do todo) que convertido em objeto de análise por meio de processos de abstração resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no concreto pensado. ...Parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento. Para Marx, o pensamento (concreto pensado/subjetividade) só se permite compreender ou ser compreendido quando está plenamente formatado. Assim, a consciência - o abstrato que é a teoria - é o concreto pensado e a teoria é o ponto de partida para a Revolução. O marxismo é a base teórica que pretende refletir que a teoria se propõe ser prática. O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso, por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Em particular, este pesquisador pretende fazer um estudo de caso para analisar um grupo de agricultores camponeses, assentados da Reforma Agrária, e qual o papel da Formação para o Trabalho nos processos de resistência que apontem para a emancipação econômica dessas famílias no contexto de suas trajetórias e possibilidades futuras. Essas possibilidades estão ligadas ao fato de que esta pesquisa se dará ao mesmo tempo em que estão incubados no CIEPS/UFU, e passam por processos de ensino-aprendizagem, com cursos de formação técnico-profissional e sobre os princípios básicos da Economia Popular Solidária.

Assim, por meio da interpretação da realidade, externalizando uma visão de mudo por meio da *práxis* da interação entre as ações da assessoria e do aprendizado dos agricultores camponeses, pretende-se analisar as realidades e identificar as possibilidades de apontar um caminho para organizar formas de ensino aprendizagem que utilizem os conhecimentos práticos e teóricos *dos* e *para* os envolvidos.

Yin (2010) afirma que o objetivo do pesquisador que utiliza o método do caso é expandir e generalizar teorias (generalização analítica), e não enumerar frequências (generalização estatística). A expansão e generalização de situações pesquisadas poderão

ser úteis para entender os desafios a enfrentar quanto à questão do desenvolvimento de estratégias práticas de ensino-aprendizagem que serão destinadas aos jovens e adultos, trabalhadores camponeses assentados pela reforma agrária e que desejam aplicar à apreensão das estratégias em seu processo de comercialização.

O sujeito a ser analisado e para o qual buscar-se-á elaborar a proposta de ensino-aprendizagem são trabalhadores da Agricultura Familiar Camponesa incubados no CIEPS. Os empreendimentos enfrentam uma série de problemas que vão da organização da produção até a entrega do produto aos mercados.

A metodologia de ensino, pesquisa e extensão adotada no CIEPS baseia-se na pesquisa-ação. O método foi decidido em função da necessidade de fomentar a participação de todos os grupos de interesse no desenvolvimento do processo de incubação e a troca de experiências entre esses grupos – comunidade acadêmica, sociedade civil organizada, poder público, trabalhadores-empresendedores, empreendimentos populares solidários, sociedade e consumidores. Ainda, o método precisa ter a flexibilidade necessária ao diálogo entre áreas de conhecimento diferentes e facilitar que esses conhecimentos sejam apropriados pelos trabalhadores-empresendedores incubados. O que significa que os sujeitos da ação precisam apreender conhecimentos para gerirem eles próprios seus empreendimentos, dando conta da complexidade das relações com os mercados, entre os empresendedores e com a sociedade.

Segundo El Andaloussi (2004), a pesquisa-ação possibilita abordar fenômenos da sociedade em sua complexidade e ainda admite a intervenção do pesquisador dentro de uma problemática social na qual os interessados tornam-se atores que, participando do desenvolvimento da ação, contribuem para produzir novos saberes. Thiollent (2006), analisando a articulação de projetos cooperativistas com a pesquisa-ação, considera o método adequado para viabilizar a formação técnico-administrativa dos participantes, portanto alinhada aos objetivos deste projeto de pesquisa.

Os passos da pesquisa-ação, segundo Thiollent (1997), são quatro: Pesquisa Exploratória, em que se detectam os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos possíveis de ação, por meio de diagnóstico interativo; Pesquisa Aprofundada ou Fase Principal, na qual a situação é pesquisada por meio de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e interpretados pelos participantes; Ação, que consiste na difusão de resultados, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, e propostas negociáveis entre as partes; e Avaliação, cujo objetivo é observar, redirecionar e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo.

Analisando a articulação do projeto cooperativo com a pesquisa-ação, Thiollent (2006) considera o método adequado para viabilizar a capacitação técnico-administrativa. Por meio dessa metodologia, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas.

Essa necessidade se dá pelo fato de ser vital para a classe trabalhadora ampliar a compreensão sobre a tarefa histórica de empreender no caminho para dominar as condições materiais e construir ações revolucionárias políticas, culturais/teórica e educacionais (MÉSZÁROS, 2010). Para tanto, o materialismo histórico-dialético se faz importante dado que,

...trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história. Este instrumento de reflexão teórico-prática pode estar colocado para que a realidade educacional aparente seja, pelos educadores, superada, buscando-se então a realidade educacional concreta, pensada, compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos (PIRES, 1997, p.83).

A partir do método buscar-se-á a análise crítica de uma realidade concreta, opondo às ideias hegemônicas de organização da produção capitalista, da comercialização intermediada e da formação tecnicista para o trabalho. Também é proposta analisar um processo de formação que pretenda construir práticas alternativas de resistência que apontem para movimentos emancipatórios *para* e *pelos* trabalhadores, dialogar com práticas tanto dos educadores como dos educandos no sentido de trazer para a discussão os desejos e os impedimentos para a formação para o trabalho que se pretende aqui sintetizar.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, a seguir, será apresentada a Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da Universidade Federal de Uberlândia, e o caso da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia - AMU, que servirá de contextualização dos limites e das contradições vivenciadas pelos agricultores camponeses.

No capítulo 2, será contextualizado o universo da agricultura familiar no Brasil, caracterizando o objeto de pesquisa, as conseqüências das condições do trabalho caracterizado por autores no sentido de conceituar a agricultura familiar e o trabalhador camponês no contexto do modo de produção capitalista, apresentando os problemas enfrentados pelos camponeses nas relações de mercado.

O capítulo 3, discutirá os limites e desafios da formação para o trabalho do homem do campo. Como as políticas públicas interferem na organização da formação para o trabalho destinando muitos recursos para a iniciativa privada determinar a forma de trabalho no sentido de se proletarizarem ou ainda para fortalecer posicionamento hegemônico capitalista.

No capítulo 4 será realizada uma reflexão sobre a possibilidade de formação para o trabalho do homem do campo que aponte para o princípio marxista de formação omnilateral. Serão analisadas as ações de formação para o trabalho executadas pela Incubadora e as possibilidades de ir além da formação tecnicista.

Nas Considerações Finais, serão refletidos os desafios para a implantação de processos de formação possíveis para os movimentos de resistência que almejam a emancipação humana.

CAPÍTULO 1 - O CIEPS E A ASSOCIAÇÃO DOS MANDALEIROS DE UBERLÂNDIA

O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS – CIEPS/PROEX/UFU, foi criado na reunião do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – CONSEX, realizada em 18 de setembro de 2008 e atua desde então no assessoramento de trabalhadores que se reúnem com a expectativa de empreender a partir dos princípios da Economia Popular Solidária. Atualmente, assessora trabalhadores dos segmentos produtivos de Coleta Seletiva, Agricultura Familiar Camponesa e Arte-Cultura Popular. O primeiro segmento inclui parte significativa dos trabalhadores que foram expurgados do mercado formal de trabalho ou nunca foram incluídos e buscaram alternativas de trabalho e renda a partir da coleta de resíduos sólidos. Atualmente, o Cieps congrega 3 empreendimentos desse segmento. O segmento da agricultura familiar camponesa congrega em sua maioria agricultores que foram assentados por programas de reforma agrária e buscam alternativas de trabalho e renda para subsistir da terra arduamente conquistada, somando outros dois empreendimentos em Uberlândia-MG.

As demandas dos grupos de trabalhadores chegam ao CIEPS de duas formas: a partir do que a equipe chama de “busca ativa”, quando existe procura por empreendimentos ou trabalhadores que desejem empreender a partir de uma determinada linha, para incluí-los em projetos quando existem linhas de fomento. Outra forma de chegada, e a mais usual, é a chamada “recepção de demandas”, quando grupos procuram o CIEPS para resolver questões ligadas ao processo de autogestão e, conhecendo o trabalho da incubadora, solicitam o processo de incubação. Ainda, existem empreendimentos para os quais a incubadora é indicada por membros da sociedade organizada, como a Prefeitura, Banco do Brasil e organizações não-governamentais, por representar a referência em incubação a partir dos princípios da economia popular solidária. Em todos os casos, as demandas dos trabalhadores são avaliadas em termos de viabilidade socioeconômica e técnica pela equipe de incubação, que busca apoio das unidades acadêmicas, quando necessário, para suprir as necessidades dos grupos.

A Associação dos Mandaleiros está organizada na cidade de Uberlândia-MG, que está localizada na região Sudeste, na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Uberlândia tem uma população estimada em 662.362 habitantes e é o terceiro município

de Minas Gerais em termos populacionais, atrás de Belo Horizonte (2.375.151 habitantes) e Contagem (603.442) (IBGE, 2015).

Comparado aos municípios mais importantes de seu entorno, é o que tem crescido mais rapidamente, distanciando-se progressivamente dos vizinhos. Refletindo as contradições e dificuldades sócio-econômicas da maioria das sociedades brasileiras, França et al (2009), citando dados do ano de 2012 do IBGE, apontam para uma renda mediana mensal urbana de R\$ 666,67 e uma renda mediana mensal rural de R\$ 350,00.

Cabe salientar que esses valores refletem o movimento econômico das duas últimas décadas, promovido pelo governo federal, de acelerar o processo de mobilidade social por meio do incentivo ao consumo de bens e da facilitação do crédito. Esse movimento impulsionou de uma forma geral a economia interna, provocando o aumento da empregabilidade, no entanto, sem crescimento salarial ou redução de jornada de trabalho, que pode indicar aumento da precarização das relações de trabalho no município.

O Triângulo Mineiro, onde se localiza Uberlândia, é uma região bastante significativa para o agronegócio do país e, por um lado, podemos encontrar um grande leque de empresas processadoras de cana-de-açúcar, leite, carnes boninas e suínas, entre tantos outros segmentos. Por outro lado, também podemos encontrar uma grande concentração de terras em disputa. Parte dessas terras foram conquistadas pelos trabalhadores rurais. Só na cidade de Uberlândia, existem 14 assentamentos da Reforma Agrária, que abrigam variadas iniciativas dos trabalhadores rurais para sobreviver por meio de seu trabalho, e que são impactados diretamente pelas políticas governamentais e refletem suas consequências.

A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia foi criada em 2008 por agricultores familiares espalhados pela zona rural de Uberlândia, que desejavam trabalhar com alimentos orgânicos. A princípio, concentravam 46 famílias, a maioria assentada do programa de Reforma Agrária, e uma minoria pequenos agricultores familiares proprietários de terras. A base tecnológica de fundação dessa associação foi a Agência Mandala, que é "detentora" dessa tecnologia social⁶.

⁶ Para a Agência Mandalla (2011), a mandala é um modelo que representa um sistema que proporciona a reestruturação econômica de um ambiente e a facilitação e promoção de um ferramental estratégico simplificado, culminando no reaproveitamento racional de desperdícios do capital humano natural local. Projeto Mandalla de produção é uma tecnologia social que: utiliza tecnologia simples e de baixo custo; valoriza as tradições e costumes locais; é implantada em pequenas propriedades rurais; produz alimentos orgânicos com a intenção de eliminar a necessidade dos agricultores familiares em demandar insumos agrícolas e agrotóxicos; e tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias envolvidas, gerando renda através da comercialização do excedente no comércio local.

FIGURA 01 - Maquete de uma Horta Mandala apresentada na feira do produtor na cidade de Uberlândia



Fonte: CIEPS 2013

A foto acima aconteceu em uma das iniciativas da Prefeitura de Uberlândia em promover os produtores rurais, por meio de feiras dos produtores que aconteceram no ano de 2013/2014 numa praça central da cidade. Nesse momento, como forma de apresentar a tecnologia mandala de produção aos consumidores, foi feito uma maquete para ilustrar como se dá o processo. Junto a maquete da mandala, está o agricultor uniformizado, Jerônimo Pugas, explicando cada etapa do processo.

Em relação ao processo produtivo, as mandalas são a expressão de uma tecnologia social de produção que, a partir da análise do comportamento da natureza, desenvolveu um modelo de horta e cuidados para o cultivo de alimentos orgânicos. As hortas-mandalas são construídas com canteiros no formato de círculos concêntricos, sendo o centro ocupado por um reservatório de água, onde se criam peixes e patos. A água fertilizada com as sobras dos canteiros é utilizada para irrigar os canteiros em todas as etapas desde a preparação do solo, o que possibilita um sistema que se sustenta com os próprios recursos. Para produzir alimentos orgânicos não deve-se utilizar nenhum tipo de adubo químico ou mesmo agrotóxicos, assim os cuidados com a produção que come-

çam na geração da semente ou na muda, o que gera um cuidado redobrado por parte do agricultor em relação ao controle de insetos ou pragas. Esse manejo deve ser feito com misturas caseiras com ingredientes repelentes. No processo de controle das pragas ou insetos indesejados, também é feito um plantio de culturas diferentes lado a lado, pelo fato de que a maior parte das pragas é seletiva, isto é, não atacam todas as culturas indistintamente, como podemos ver na foto a seguir. Esse manejo possibilita maiores condições de reduzir as perdas, mas por outro lado intensifica o uso de mão de obra no processo de cultivo desses hortifrutis orgânicos (BETANHO et al, 2013).

FIGURA 02 - Horta Mandala



Fonte: CIEPS 2013

No início do ano de 2011, o presidente o da AMU, o Sr. Ismael Lacerda procurou CIEPS/UFU, buscando apoio para desenvolver um plano de negócios para o empreendimento, de forma a habilitar o mesmo a conseguir financiamento junto ao Banco do Brasil em seu programa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O sonho declarado da associação era agregar valor à produção de hortifrutis orgânicos com o processamento mínimo, e ainda desenvolver novo canal de distribuição para os produtos, que

seria a venda por meio de sítio na internet. A AMU tinha uma promessa por parte da prefeitura de cessão de um espaço de comercialização no mercado municipal e somente esperava esse sonho transformar-se em realidade. Cabe ressaltar que a implantação das mandalas na cidade foi em partes iniciativa da própria prefeitura que vislumbrou a possibilidade de ter essa tecnologia como proposta de governo para o desenvolvimento rural das pequenas propriedades. No ano 2009, o prefeito era o Sr. Odelmo Leão, porém, a loja no Mercado Municipal só foi concedida no final daquele governo.

Nesse período, a preocupação principal era em relação sobre que nível estaria a produção e como os produtos estariam sendo distribuídos para que esses passos pudessem ser dados. Foram realizadas visitas aos produtores, a fim de entender o processo produtivo, a realidade e as possibilidades atuais e futuras para o desenvolvimento do empreendimento.

Após o entendimento da tecnologia produtiva utilizada pelos mandaleiros pelos técnicos assessores da Incubadora, foi elaborado um diagnóstico da situação que se encontravam as famílias em termos de condições de vida e como estava a produção e sua viabilidade em relação a proposta que a associação tinha em mente. Nas visitas realizadas aos lotes, também percebeu-se que os produtores não estavam produzindo coletivamente e nem de forma planejada. Existiam produtores vendendo "porta-a-porta"⁷, outros comercializando pequenas quantidades nos espaços sociais que frequentavam, outros vendiam a produção para o Ceasa, sem o diferencial de orgânico, outros alimentavam a família... e outros nada produziam. Algumas mandalas estavam sob mato e sem nenhum tipo de cultivo. Uma única mandala estava em total produção, e o casal de agricultores familiares explorava quase que sozinho o mercado do distrito do Tapuirama. Pela distância e pela formação de relacionamentos de vizinhança, conseguiram cativar um espaço de mercado e com eles realizavam trocas. Essa foi a única experiência exitosa que conhecemos naquele início de 2011. A princípio, o diagnóstico realizado apontava que o incentivo, no caso do canal de comercialização da produção, e o apoio com assistência técnica, prometidos pela prefeitura aos agricultores, não se concretizaram, pois a proposta estava alicerçada em criar as Hortas-Mandalas, mas em lotes individuais e sem o incentivo ao trabalho cooperado.

⁷ Uma das estratégias de Vendas Diretas é a solução de comercializar e entregar os produtos diretamente no domicílio dos clientes, sendo a entrega um aspecto do processo de agregação de valor e também uma oportunidade para estreitar relacionamento com o cliente (KOTLER E KELLER, 2006).

Essa realidade foi apresentada na primeira reunião do Colegiado da Incubadora no mês de Maio daquele ano. Constatou-se que a real necessidade dos mandaleiros era muito maior que a elaboração de um plano de negócios para agregar valor à produção, dado que a produção sequer existia. Nessa mesma direção, não havia produto para escoar por um sítio na internet. Nem mesmo para escoar pela loja no mercado municipal, que os agricultores cobravam insistentemente da Prefeitura Municipal para que cedesse um espaço. A necessidade básica era organizar a cadeia produtiva e fomentar as relações de cooperação.

Essa constatação se ancora na própria constituição das mandalas: pelos materiais dessa tecnologia de produção (AGÊNCIA MANDALLA, 2011), a expectativa é que uma mandala seja capaz de produzir 100 Kg de hortifrutis por dia, no entanto, de pequenas quantidades de cada item, dado que a diversificação da produção é essencial para controle de pragas. Uma mandala pode produzir até 30 itens de hortifrutis, assim, de forma plana, uma mandala, produzindo 100Kg de 30 variedades produziria por volta de 3Kg de cada item, volume que impede qualquer acesso a canais formais de comercialização em condições economicamente sustentáveis.

Desta forma, a cooperação entre os associados foi considerada e continua sendo vista como essencial para o acesso a canais formais de comercialização. Vários mandaleiros, produzindo 3 Kg de cada item, poderiam manter uniformidade de distribuição aos mercados que fossem escolhidos. Sozinhos, não conseguiriam atender regulamente a nenhum grupo de clientes.

Para fomentar a cooperação, foi projetado em 2011, um “kit” de produtos orgânicos para oferecer à comunidade acadêmica. Esses kits eram compostos por 13 variedades de hortifrutis, entre folhas para salada, verduras para refogar, leguminosas, frutos, tubérculos e temperos. Como os agricultores produziam muito pouco naquele momento – setembro de 2011, a ideia era fomentar a cooperação para a combinação dos itens que cada agricultor forneceria para as cestas, bem como a organização da entrega desses kits aos clientes, que os retirariam nas dependências da incubadora, com o apoio da universidade. Os clientes também foram convidados a cooperar: pagavam o mês antecipadamente, a fim de que os agricultores pudessem comprar sementes e deslocar a produção.

O início do processo apontou vários pontos de melhoria em relação à organização da produção. Os agricultores mostraram dificuldades de organizar-se para formar as cestas. Existiram semanas em que os kits não foram entregues completos, e em outras semanas sobraram produtos. Ainda, existiu uma dificuldade na lógica de transporte dos

produtos a serem comercializados. Tal fato se deveu à dificuldade de comunicação e à distância entre os assentamentos onde estão localizadas as mandalas, o que gerava aumento de custos para a associação e perda de produtos dos associados quando estes não são entregues.

Essas dificuldades não foram resolvidas a tempo de preparar os agricultores para ocupar a loja no mercado municipal. Em janeiro de 2012, a prefeitura pressionou a associação a assumir o espaço e seus custos, prejudicando ainda mais o fluxo de caixa. Mesmo que o espaço não fosse "caro" (o aluguel girava em torno de 400 reais), esse era um valor não disponível aos agricultores, a não ser que produzissem e vendessem. Em assembleia, ficou claro que a manutenção da loja custaria aproximadamente 100 reais por agricultor (entre aluguel, custos trabalhistas, embalagens, logística etc.). Esse custo seria bancado em produtos, mas precisava ficar claro que organizar a produção e cumprir o plano de produção traçado seria essencial para que os custos fossem pagos e que houvesse dinheiro para remunerar os agricultores pela produção. Esse retorno poderia demorar de um ano a dois, dada a necessidade de consolidar o espaço de mercado e a comunicação entre produtores e clientes.

A loja completou um ano em Janeiro de 2013 de portas fechadas e foi entregue no mês seguinte à prefeitura. Os agricultores desentenderam-se ao longo do ano de 2012, reclamando que deveriam ser remunerados pela produção que enviavam para a loja. As vendas apenas cobriram os custos nos primeiros meses (situação normal quando se pensa na fixação de novo espaço de comercialização em um mercado cujos *players* já são conhecidos) e o planejamento da produção não foi seguido, de forma que, quando o espaço começou a se consolidar (por volta de outubro de 2012) já não existia produção suficiente para mantê-lo aberto.

O que se percebe é que o tecido social ainda não havia sido formado. Os produtores ainda não confiavam o suficiente em seus companheiros para empreender em conjunto. Entre eles manifestava-se a desconfiança, mas ao mesmo tempo existia pouco empenho de uma parte dos agricultores em participar, o que dificultava o processo do trabalho cooperado, dada a profusão de objetivos e a ausência de recursos.

Ainda existia a visão (distorcida) de que se os custos da loja fossem eliminados, os problemas para mantê-la também sumiriam. Não era verdade. O problema da manutenção da loja não era o custo, mas a falta de produtos. Outra visão (também distorcida) era a de que existia falta de recursos para implementar os ciclos de produção e que isso impedia a exploração do espaço da loja. No entanto, no final do ano de 2012 os manda-

leiros tiveram, com apoio da Incubadora, a oportunidade de implementar uma rotina de mutirão para organizar a produção das mandalas. A incubadora cedeu recursos para aquisição de mudas, sementes e implementos, contribuiu com o transporte para os mandaleiros, no entanto, não havia produção pronta para comercialização na loja.

Após essa experiência, apenas 8 das 46 famílias iniciais associadas a AMU permaneceram no firme propósito de produzir alimentos orgânicos e de forma coletiva. Os agricultores, quando não viram retorno da loja no tempo em que esperavam, e também pelo fato de ter sido criado uma esperança durante muito tempo de que a prefeitura iria dar todo suporte tanto técnico para a produção como de infra estrutura para a comercialização e isso não se realizou como prometido, causou o primeiro impacto negativo no grupo, assim, buscaram outras atividades para poder sustentar suas famílias. Afinal de contas, estamos analisando famílias de trabalhadores que não tem reservas de dinheiro ou mesmo condições de viabilizar seu sustento de forma tão rápida e simples. Outras famílias continuaram a produzir e simplesmente entregar para alguém vender na cidade. Boa parte deles buscou produzir para atender a programas governamentais, como o PAA (programa de aquisição de alimentos) e a Merenda Escolar (que adquire ao menos 30% das necessidades de agricultores familiares).

Esses programas não exigem que a produção seja orgânica e a produção com agrotóxicos tem ciclos mais rápidos de cultivo. Assim, os agricultores voltaram-se a esses programas para sustentar suas famílias, e o fato de contarem com "mão de obra" familiar acaba por indicar que as atividades que dão retorno imediatos terão mais atenção e mais energia do que as atividades que não dão esse retorno.

As famílias que permaneceram firmes no intuito de se organizarem para produzir orgânicos, foi por motivos de convicção de modo de vida e também pelo fato de que conseguiram avançar minimamente na organização individual que garante o sustento e os ganhos por meio de sua produção, e têm a compreensão de que é possível avançar muito na produção e na oferta de alimentos orgânicos.

Assim, percebe-se que se realmente existir vontade de se estabelecer um mercado para hortifrutis orgânicos a partir de agricultores familiares assentados pela reforma agrária, não basta dar a eles recursos para a construção de hortas-mandala e acenar com um espaço de comercialização. Se não houver condições favoráveis, as dificuldades para produzir, o uso intensivo de mão de obra, os ciclos maiores para a produção, acabam por inviabilizar o processo.

Após essa primeira intervenção, ficou patente tanto para os trabalhadores que resistiram, como para os assessores do CIEPS, que se fazia necessária outra forma de intervenção. O grupo foi certificado como produtor de orgânicos pelo Ministério da Agricultura em 2014 e tem vendido sua pequena produção de forma atomizada e ainda desestruturada enquanto coletivo. A partir disso, está em construção uma proposta de planejamento, formação e organização que possam levar em consideração toda a estrutura cultural, de valores, política e o conjunto de necessidades em comum do grupo. A figura a seguir mostra o resultado do trabalho das famílias que permaneceram produzindo de forma associada entregando uma cesta de alimentos nas casas de seus clientes logo após o fechamento da loja no Mercado Municipal. A produção foi dividida entre as famílias, que conseguiram entregar as cestas até meados de novembro de 2014, quando foram obrigadas a para a produção pela seca que se abateu sobre a região, e ainda não há perspectiva para resolver o problema da água nas propriedades.

FIGURA 03 - Cesta de produtos da Associação entregue nas casas dos clientes



Fonte: CIEPS 2013

Levando em consideração que as famílias que faziam e ainda fazem parte da AMU são agricultores familiares camponeses, e sofrem as consequências impostas pela organização capitalista dos mercados, faz-se necessário discutir a configuração histórica dos trabalhadores caracterizados como agricultores familiares, suas limitações e seus desafios. Esse será o trabalho desenvolvido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 - A AGRICULTURA FAMILIAR

Na obra "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", escrito em 1852, Marx (2011) descreve a França passando por inúmeras tensões sociais, provocadas pela disputa do poder político entre a burguesia e os monarcas, que eram os grandes proprietários de terras da época. Nessa disputa, Marx descreveu a situação de grande miserabilidade em que viviam os camponeses, sendo esmagados pelos impostos e enfrentando grandes dificuldades para vender seus produtos, que assumiam baixos preços, o que dificultava viver do resultado de seu trabalho.

A condição social dessas famílias era bastante heterogênea, passando pelos pequenos camponeses e, em sua maioria, pelos camponeses conservadores. Esses camponeses tiveram papel fundamental na definição da disputa política da época, ao se articularem com as promessas da "dinastia" Bonaparte, que prometia transformá-los em proprietários de terras. No entanto, os camponeses acabaram sendo preteridos e seus interesses não encontraram consonância com os interesses da burguesia e do capital, mas sim, entraram em contradição com eles, e sofreram forte repressão.

A vida desses trabalhadores produtores de alimentos na Europa, descrita na obra, era precária, justamente porque, invariavelmente, eram alvo de manipulações políticas, sobre as quais não tinham governabilidade e que apontavam, em sua aparência, proporcionar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, mas que resultaram em condições favoráveis somente aos burgueses.

Parte desses camponeses conseguiram se organizar para superar as dificuldades, mas as articulações políticas em esferas que não tinham acesso, colocaram a luta dos trabalhadores nas mãos da burguesia.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011, p. 25).

As condições sócio-econômicas do período que Marx vivenciou são bastante distintas dos nossos dias, mas na essência do modo de produção capitalista são parecidas, conseqüentemente, as relações sociais, políticas e econômicas se reproduzem dentro do ideal burguês hegemônico, gerando uma classe que se beneficia das tecnologias e das condições de vida que isso lhes proporciona, em detrimento de uma classe de trabalhadores que não têm acesso ao desenvolvimento que os capitalistas se apropriaram. Essa condição histórica de pressão sobre os agricultores camponeses, produtores de alimentos, é perceptível até os nossos dias, seja pela exploração do trabalho assalariado do camponês, seja pelas condições de precariedade das pequenas propriedades rurais, que são obrigadas a se integrarem à lógica de produção e distribuição das redes agroindustriais capitalistas. Vale ressaltar que a prática utilitarista promovida por políticos ligados ao agronegócio é muito presente nas relações do campo, e é bastante comum encontrarmos trabalhadores utilizando um boné ou uma camiseta de políticos ligados diretamente a exploração da força de trabalho e a condição de marginalidade dos trabalhadores rurais, mesmo assim, isso não faz a menor diferença. Silva (1999) faz uma análise profunda para entender o motivo dessa relação e faz referência ao processo de servidão construída há séculos por meio da exploração de trabalho alienado, em condições repugnantes e desumanas, baseados na coerção e apoio legal do Estado.

Além desse processo de acumulação primitiva de proletários, segundo a expressão de Bertaux, que atingiu o conjunto de homens e mulheres, há de se considerar que, em razão das organizações sociais de gênero e raça/etnia, aprofundaram-se as diferenciações, conduzindo ao agravamento da exploração e dominação. Isto não significa que o processo de dominação-exploração não tenha existido antes. O que ocorreu foi uma mudança nas relações sociais, no interior da dominação capitalista. Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos (SILVA, 1999, p.18).

Podemos inferir que, semelhante ao período em que Marx viveu, existem em nossos dias muitas diferenciações entre os agricultores familiares, principalmente no que diz respeito às diferenças e desigualdades sociais, provocadas pelas referências étnico-raciais e de gênero. Segundo Silva (1999 p.19), "o processo de expropriação que desnuda o trabalhador não é independente do processo de exploração-dominação gerado em seguida". Podemos encontrar hoje agricultores familiares capitalistas, em uma condição socioeconômica diametralmente oposta a agricultores familiares camponeses, que ainda passam fome. Nesse sentido, faremos um esforço para identificar essas diferenças.

2.1. Quem é agricultor familiar?

As relações e interações sociais que acontecem em nosso planeta podem ser descritas por diversas perspectivas, e sempre poderemos encontrar, na história do desenvolvimento humano, inúmeras e constantes transformações. Pela perspectiva da crítica ao modelo capitalista, este trabalho analisa os processos de resistência dos trabalhadores denominados Agricultores Familiares Camponeses, em particular a análise dos processos ligados aos movimentos de resistência que apontam para a emancipação econômica e ao mundo do trabalho dos agricultores assentados pela Reforma Agrária na cidade de Uberlândia, MG⁸.

Silva (1999, p.33) aponta para um aspecto determinante para o entendimento das disputas que aconteceram no campo e que deram a configuração da divisão das terras no país. Segundo a autora, "a propriedade privada das terras, no caso brasileiro, só foi assegurada pelo Estado, por meio da venda das terras devolutas⁹ e, consequentemente de sua legitimação ou reconhecimento pelo poder público".

Segundo VEIGA (2013 p.89), as transformações no mundo capitalista durante o século XIX no sentido de promover a produção em escala proporcionou

...por toda a parte, uma grande hesitação entre o fomento de uma agricultura organizada conforme o modelo fabril – com nítida separação entre as funções diretivas e executivas do processo produtivo – e o apoio à adaptação da agricultura camponesa aos desafios que lhe colocava o desenvolvimento urbano-industrial.

Baseado no modelo inglês, alguns países tentaram implantar a experiência britânica, transformando os camponeses em assalariados. No Japão, essa tentativa não avançou pelo fato de as tradições camponesas daquele país serem muito resistentes a essa nova

⁸ O pesquisador pretende apenas apontar em determinados períodos históricos fatores que são relevantes para o entendimento da realidade dos agricultores camponeses em nossos dias e os desafios futuros. Como sugestão de leitura para aprofundamento sobre a temática, sugere-se a coleção sobre a Questão Agrária da editora Expressão Popular, organizada por João Pedro Stédile, até este momento foram lançados oito volumes, abrangendo a história da luta pela terra desde as Capitâneas Hereditárias até os dias atuais. Buscaremos resgatar alguns pontos que dão lógica a forma de como os pequenos proprietários de terras, ou pequenos produtores que arrendam terras para produzir, ou mesmo os trabalhadores que não tinham terras para trabalhar, chegaram nos dias de hoje a serem denominados como Agricultores Familiares.

⁹ Terras devolutas originou-se com a criação das Sesmarias em 1375, em Portugal, que tinha a lógica de promover o desenvolvimento rural, a produção de alimentos e fixar os camponeses na terra. Assim o rei Afonso V nomeava os sesmeiros para ocupar determinada área com o compromisso de cultivá-la, se isso não ocorresse num determinado período, a terra deveria ser devolvida e entregue a outros com as mesmas regras. No Brasil, essa lógica não aconteceu da mesma maneira que o rei planejou, as sesmarias não foram devolvidas e gerou dúvida sobre a legitimidade da posse e em caso de conflito os tribunais da época determinavam que o direito original era da sesmaria (WELCH, 2012).

forma de produção. Nos Estados Unidos, essa tendência capitalista fez parte das ocupações das novas regiões disponíveis, que segundo Veiga (2013, p.90),

desde o final do século XVIII chocaram-se duas visões a respeito da ocupação das novas áreas. Uma, conservadora, que lutava para que as terras públicas fossem vendidas, em grandes quinhões, a preços altos e com pagamento à vista. Outra, liberal, que pretendia garantir o acesso à propriedade a todos através de venda de parcelas menores, a baixo preço e com crédito de longo prazo.

Assim, a pequena propriedade rural foi se formando desde os primórdios do capitalismo pelo mundo afora e sofreu pressões daqueles que desejavam implantar um padrão de produção agrícola capitalista, com prioridade da produção em escala.

No Brasil, a questão agrária sempre teve em suas entranhas disputas conflituosas pela propriedade da terra e que estão, até os dias de hoje, mal resolvidas, como a questão das terras devolutas, e as áreas Indígenas que ainda estão em disputa em algumas regiões do país, como é o caso do estado de Mato Grosso do Sul. No momento em que o pesquisador escreve esta dissertação, há um conflito entre os povos Terena e Guarani, que reivindicam uma área ocupada por fazendeiros (NITAHARA, 2015).

Historicamente os povos originários buscaram defender suas terras, no período Colonial, contra os invasores europeus titulares das Capitânias Hereditárias¹⁰. Da mesma forma que em Canudos, no período da República Velha, o campesinato local teve que defender seu direito a terra. Esses processos de resistência se atualizam e alcançam outra qualidade no século XX, inicialmente com a influência dos ideários comunistas e depois, com a teologia da libertação. Essas influências levaram o campesinato a estabelecer formas de luta e organização política de resistência como as Ligas Camponesas e já na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre muitos outros que integram a articulação internacional Via Campesina (WELCH, 2012).

Mas o fato é que o modelo capitalista de produção agrícola foi implantado de acordo com as vontades do Estado e dos grandes latifundiários, para atender a recém-criada demanda industrial que começava a fomentar o consumo nas regiões urbanas das cidades brasileiras no pós-guerra, no final da década de 1940 (STÉDILE, 2005), mas

¹⁰ Em 1530 a Coroa Portuguesa distribuiu uma quantidade de terras para os nobres que eram de sua confiança para defender as terras dos ataques das monarquias européias que contestavam o poder de Portugal ratificado pelo Vaticano. Essa distribuição tinha como contrapartida, povoar, desenvolver, defender e administrar os territórios em nome da Coroa (WELCH, 2012).

também, deixa um grande número de trabalhadores descontentes. A expansão e invasão do capital na tomada das áreas que foram colocadas nas mãos dos fazendeiros capitalistas impôs uma nova forma de produção e de exploração da força de trabalho, obrigando os trabalhadores a se organizarem e radicalizarem as formas de luta, claramente se aproximando do referencial teórico marxista para se contrapor aos interesses capitalistas.

De acordo com Stédile (2005), as Ligas Camponesas surgiram no cenário político nacional em 1945, no interior da organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ganhando projeção pela relevância das propostas revolucionárias para esse setor da classe trabalhadora. Em meados da década de 1940, esse movimento sofreu forte repressão do então governo Vargas. Mesmo com perseguições, o movimento proporcionou grandes contribuições para o início da organização da luta pela Reforma Agrária em várias regiões do país.

Durante toda a década de 1960, coincidindo com a primeira crise do modelo capitalista da industrialização dependente, coincidindo com o reascenso do movimento de massas no país, coincidindo com o surgimento das primeiras organizações camponesas, com caráter de classe e organizadas em nível nacional, – como foram as Ultabs, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no Sul, além de outros movimentos localizados organizados pela Igreja católica, seja de inspiração conservadora, como foram as Frentes Agrárias, seja de inspiração progressista, como foi o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela CNBB – tivemos o florescimento de inúmeros programas e teses políticas em defesa da reforma agrária (STÉDILE, 2012, p.14).

O PCB tem participação muito importante nesse período, contribuindo de forma bastante capilarizada na sociedade de então sobre a questão agrária. É de dentro do PCB que surge um grande intelectual, Caio Prado Júnior, que defende em seus vários trabalhos a ideia de que a burguesia nacional já havia se articulado com o capital estrangeiro e uma revolução socialista no Brasil deveria acontecer com outros tipos de alianças. A questão da Reforma Agrária toma corpo entre as décadas de 1950 e 1960 (sendo inclusive como ponto de proposta de governos de políticos como João Goulart), porém o modelo implantado foi o capitalista de mercado, se desenvolvendo até chegar ao modelo do agronegócio que vivenciamos. Nesse contexto, chega-se ao final da década de 1960 com uma situação de completa subordinação dos camponeses às vontades dos interesses do capital industrial. A organização dos trabalhadores rurais para a luta pela terra tende a se desenvolver nas décadas seguintes, ganhando cada vez mais organicidade e aglomerando grandes quantidades de trabalhadores sem terra (STÉDILE, 2005).

Em 1964, o golpe civil/militar, que depôs o presidente João Goulart, provocou instabilidade em todo o país e intensificou o movimento de apropriação de terra pelos capitalistas industriais urbanos, com apoio legal do Estado, criando um novo formato para o latifúndio brasileiro, apropriando-se de áreas absurdamente enormes. O governo militar criou o Estatuto da Terra com a promessa de promover uma Reforma Agrária no país, mas não o fez. O que aconteceu nesse período foi o acirramento de um processo violento de luta pela terra país afora. Oliveira (2001), destaca que entre os anos de 1964 e 1971, ocorreu na região Nordeste um movimento dos latifundiários para impedir, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas, apontando o número absurdo de mortes de camponeses desse período.

Também a sindicalização rural sofreu uma violenta interrupção, a partir de 1964, quando se formou o governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Foram eliminados da cena política brasileira vários dirigentes de movimentos que então se desenvolviam no meio rural: Francisco Julião, Miguel Arraes, Gregório Bezerra, Leonel de Moura Brizola e outros. Os sindicatos, contudo, não foram declarados ilegais, como as ligas. Porém, houve intervenção governamental em muitos, porque o aparato estatal não estava de acordo com a maneira como eram levadas a cabo as reivindicações dos trabalhadores do campo (IANNI, 2012, p.143).

Abramovay (2013), fazendo um recorte a partir de meados da década de 1970, afirma que o país passou por um processo de aceleração de seu crescimento econômico e existia uma disputa de idéias a respeito de como deveria ser esse desenvolvimento, fazendo parte dessas disputas também a produção de alimentos. Uma das tendências defendia que, para atender a grande demanda, não seria viável que esse abastecimento fosse feito por pequenos produtores, daí já apontava uma grande semelhança entre os países capitalistas desenvolvidos no sentido de induzir a grande produção agrícola para atender interesses de setores ligados ao domínio e poder de quem detinha a propriedade da terra, com o argumento de que os pequenos produtores não tinham capacidade para essa produção.

Para quem está envolvido com a discussão da reforma agrária, este *knock out* da pequena produção foi gravíssimo. Um dos argumentos básicos da reforma agrária residia justamente no peso dos pequenos produtores na oferta de produtos agrícolas e de alimentos em particular. Pois bem, tanto o trabalho de Paulo Renato de Souza como o de Sandroni, o de Sérgio Silva e, depois, os de Graziano da Silva (1987) procuravam demonstrar que estava ultrapassado um dos argumentos essenciais em torno dos quais se dava a própria luta pela reforma agrária. Notem que o argumento dos anos 1970, mostrando o peso da pequena produção, era diferente daquele dos anos 1960: não só a agricultura não era mais obstáculo ao desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, ela

continha um elemento estratégico para este desenvolvimento, que era a oferta de produtos alimentares a baixos preços. No início dos anos 1980 é isso que desaba. O artigo de Graziano da Silva (1987) procura mostrar exatamente isto: o peso da pequena produção na oferta de alimentos é importante, porém declinante. Mais que isso, o que Graziano procurava mostrar é que, à medida que a pequena produção perdia importância na oferta agrícola, a própria justificativa econômica da reforma agrária perdia o sentido: não era preciso reforma agrária para elevar a produção de alimentos. O problema alimentar brasileiro perdia toda a relação com a questão agrária para se transformar exclusivamente numa questão de renda (ABRAMOVAY, 2013, p. 116).

Nesse sentido, existia uma disputa (da qual os trabalhadores não participavam) posta para determinar um modelo de produção agrícola para o país, que colocava escancaradamente a intenção de favorecer os grandes detentores de terras em detrimento dos pequenos agricultores, que foram menosprezados pelas ações governamentais, de forma intencional. Afirma Abramovay (2013) que a agricultura torna-se uma atividade industrial no sentido de representar uma mudança da base técnica e no destino dos produtos resultantes da organização coletiva e da maturidade do setor agrário, priorizando o latifúndio.

Conforme vai se concretizando a produção capitalista agrícola em escala, de um lado, com pequenos proprietários de terras e pequenos produtores rurais, como fornecedores de matéria-prima, de outro lado, resta uma grande quantidade de trabalhadores sem terra e sem emprego que ficam sem lugar definido nessa história, e a partir disso começamos a delinear quem são as pessoas que se organizaram para lutar pelo acesso à terra e as pessoas que se organizaram para não sair dela.

...cabe mencionar o norte do Paraná, onde se deu a expulsão de milhares de pequenos proprietários, parceiros e colonos, em virtude do processo vertiginoso de modernização da agricultura, especialmente a partir dos anos 70. A especificidade da modernização agrícola da região de Ribeirão Preto passou a atrair estes contingentes, expulsos do campo da própria região e de outras áreas do país. A cultura do café e o corte da cana demandavam grandes quantidades de mão-de-obra, sobretudo no período da colheita. Os dados mostram que estas duas regiões foram as duas grandes fornecedoras desta força de trabalho. No entanto, muitos trabalhadores dos estados do Nordeste, em especial do interior da Bahia, também se dirigiram a esta região em busca de trabalho. (SILVA, 1999, p.69).

Assim, os trabalhadores do campo que não tinham propriedade da terra onde viviam, ou que não desenvolveram meios de se sustentarem por meio de seu trabalho, aos poucos foram expulsos de suas regiões e sofreram uma pressão para se deslocarem às cidades a procura de trabalho e melhores condições de vida. Nesse período, os movi-

mentos migratórios se aceleraram em várias regiões do país. Afirma Lucena (1999) que desde 1970 múltiplos movimentos de migração têm ocorrido, sendo que o movimento de migração de retorno na maioria das vezes, não finaliza no retorno à terra de origem, mas os trabalhadores acabam indo buscar alternativas de vida em outros lugares.

As expectativas dessas famílias oriundas da região de Barbacena estavam vinculadas às imagens do processo migratório inter-regional construído na década de 1960. O "mito de metrópole", criado a respeito da cidade de São Paulo, ofereceu aos trabalhadores de diferentes regiões do Brasil estímulos para mudar. Deixar o rural tradicional em busca do urbano significava ascensão social e sobrevivência. Entre os migrantes prevaleciam as imagens do campo como lugar de atraso e da cidade como lugar moderno. A cidade é sinônimo de trabalho leve, de civilização, de conforto, de facilidades e a roça significava trabalho pesado, obrigando a grandes caminhadas sob sol ou chuva, carregar peso e fazer força. Nas décadas de 1950 e 1960, a representação de modernização da sociedade compreendia o trânsito do rural para o urbano. A mudança para o urbano tinha, um significado de progresso para os migrantes (LUCENA, 1999, p. 40-41)

As décadas de 1980 e 1990 foram um período de forte acentuação nas disputas pelas terras improdutivas, e de fortalecimento das organizações políticas de trabalhadores que lutavam pela Reforma Agrária. Ocorreram inúmeras ocupações de terras país afora e dentre essas ocupações muitas se consolidaram em assentamentos. De acordo com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA, 2013), hoje existem no país mais de 9 mil assentamentos, abrigando mais de um milhão de famílias fixadas na terra. A mesma pesquisa aponta que foram identificadas, somente em 2013, 257 novas ocupações em todo o país, que representa quase 25 mil famílias que assumiram a luta pela terra naquele ano. Ainda existe um contingente significativo de famílias a assentar.

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: Terra de Deus, terra de irmãos. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e

suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2001, p.192).

O fato é que esse desenrolar da ocupação das terras em todo o país tendeu a fortalecer a fixação de um tipo de agricultor no campo que atendesse às características capitalistas de produção (STÉDILE, 2005). Vale ressaltar que, mesmo com as conquistas significativas dos movimentos de luta pela terra, o modelo de reforma agrária implantando é o modelo que privilegia a propriedade individual, justificando assim a ideia de que os latifundiários cedem à pressão para dividir as propriedades, desde que seja mantida a ideia hegemônica de propriedade entranhada na essência do capitalismo.

Assim, chegamos na década de 2000 com uma produção agrícola exuberante, salvando o equilíbrio da Balança Comercial por vários anos, o que mostra que o agronegócio se consolidou como carro chefe do setor agrícola do país. Os resultado do "sucesso" do agronegócio não mostra nem de longe as consequências para a classe trabalhadora, pois aprofundou as diferenças, a marginalização, a precarização, e acumulou riqueza sem distribuição da mesma.

Nesse sentido se faz necessário olhar de forma mais cautelosa a configuração do que seja um trabalhador enquadrado no termo Agricultura Familiar, pois não se faz a distinção da origem do agricultor. O resultado final, que é o volume da produção dessas famílias, ganhou uma significância de destaque a partir do governo Lula, mas podemos inferir que existem diferenças significativas entre um agricultor familiar oriundo das classes mais abastadas e um agricultor familiar oriundo do êxodo, da marginalização e da desumanização dos processos capitalistas.

Segundo dados do Governo Brasileiro, a produção de alimentos que vai parar na mesa das pessoas e que atende a demanda da população, é a produção da Agricultura Familiar, como apontam levantamentos afirmando que 70% dos alimentos, para atender o mercado interno são produzidos pela Agricultura Familiar. A Agricultura Familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. A Agricultura Familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (MDA, 2015b).

Nesse sentido, Neves (2012) apresenta um estudo sobre o termo "agricultura familiar" e suas múltiplas conotações. O termo pode ser utilizado como categoria analítica, como categoria de designação politicamente diferenciadora entre a agricultura patronal e a agricultura camponesa, como termo de mobilização política, ou como termo jurídico que define os produtores que podem ser alcançados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF é um programa do governo federal, criado em 1995, é uma política pública que atende os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, por meio de projetos individuais ou coletivos que gerem renda, oferecendo uma taxa de juros subsidiada, o que em tese, possibilita acesso ao crédito de pequenos produtores com baixo retorno econômico (CASTRO et al. 2014). O mesmo autor salienta, que antes da criação do PRONAF, o pequeno produtor disputava o crédito com o grande produtor e, diante de muita pressão, o governo federal de então criou esse programa para atender o pequeno produtor rural, mas será que nesse sentido também atende as demandas do trabalhador camponês assentado da reforma agrária?

De fato, para não perder de vista a relevância do crescimento desse setor, em 24 de julho de 2006 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei nº 11.326, que enquadrava a "Agricultura Familiar", na lógica de ser uma diferenciação entre a pequena propriedade produtora familiar, seja ela de qualquer origem, e as operações da produção em escala. Esse enquadramento proposto pela Lei, no entanto, não levou em consideração questões sociais e sim de caráter material, como diz a Lei:

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do Art. 3º; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do Art. 3º (BRASIL, 2006).

Assim, a partir de meados da década de 2000 o trabalhador camponês que participou da luta pela Reforma Agrária, o empresário rural que tem uma pequena propriedade com interesses capitalistas e os pequenos produtores do campo foram enquadrados como Agricultores Familiares para serem atendidos pelos programas governamentais de fomento e financiamento. Porém, existem diferenças cruciais nos grupos, que precisam ser ressaltadas, para promover um melhor entendimento das relações agrárias do país.

Em 2015, organizações sindicais de agricultores conseguiram que o Ministério do Trabalho assinasse uma Portaria reconhecendo a Agricultura Familiar como uma categoria profissional, e isso vai influenciar na organização futura desses trabalhadores (MTE, 2015), porém uma situação não tão inusitada nos dias de hoje, poderá acontecer, ou seja, poderemos ter sindicatos de agricultores familiares proprietários de empresas e sindicatos de agricultores familiares camponeses. Esses trabalhadores que sobrevivem de seus trabalhos para o autossustento ou comercializando a sobras de suas produções, e que em algum momento poderão ser explorados pelo representante do sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar.

Essas questões difusas que acontecem nas relações do mundo do trabalho vão muito além das ações governamentais no sentido de criar nomenclaturas ou classificações burocráticas para enquadrar e resolver os problemas dos trabalhadores do campo, por exemplo, as informações sobre educação na agricultura familiar revelam avanços, mas também desafios, conforme representado na figura 4. Duas informações chamam bastante a atenção: a quantidade de analfabetos fora da idade escolar, e a inexpressiva massa de trabalhadores do campo que declararam possuir algum tipo de formação profissional, o que indica o grande abandono em que se encontra o trabalhador denominado

como agricultor familiar. O que a pesquisa não indica é se essa pequena massa de agricultores familiares com formação profissional eram de agricultores familiares capitalistas tradicionais ou de camponeses.

FIGURA 04 - Dados do Censo 2006 sobre educação na agricultura familiar



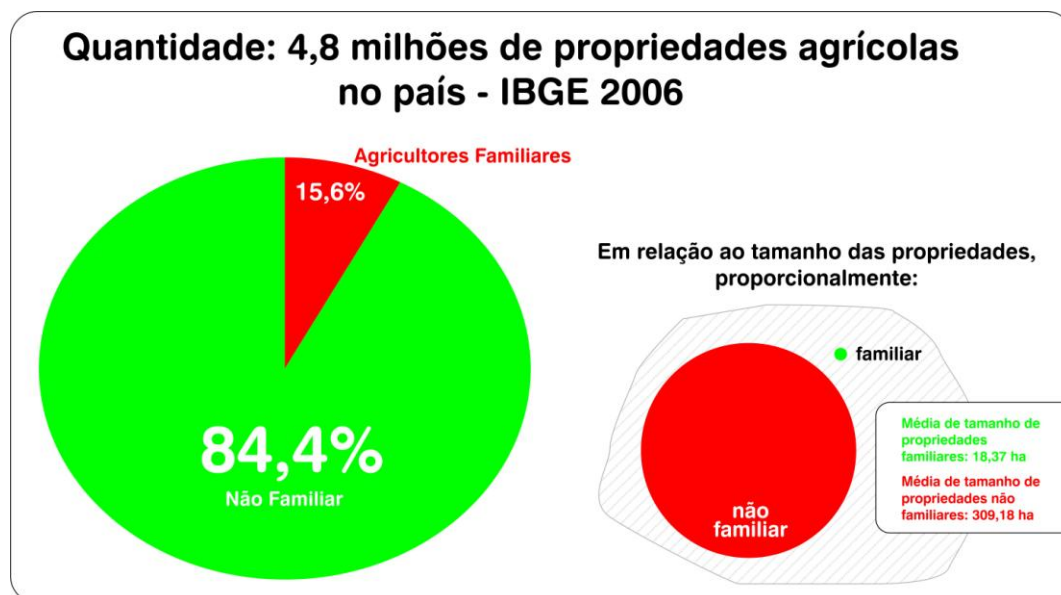
Fonte: IBGE (2006, p.22)

Observando a informação sobre educação acima, percebe-se a gravidade da situação. A educação é um problema sério para os trabalhadores não só do ponto de vista do acesso, mas também de seu conteúdo. O levantamento do IBGE, aponta em sua pesquisa apenas a informação sobre se o agricultor sabe ler ou escrever, e não aprofunda informações sobre se o agricultor conseguiu formular um processo químico ou biológico para melhorar a produção de feijão, por exemplo. Para o modelo capitalista, parece ser lógico que a responsabilidade pela inovação deva ser do agronegócio ou de centros tecnológicos de excelência, jamais de um grupo de camponeses, sejam ou não assentados da reforma agrária. O preconceito se evidencia nos resultados das pesquisas, que são genéricas, mas que também apontam para a forma de pensar das elites intelectuais que ocupam o Estado brasileiro.

Dados do IBGE (2006), do Censo Agropecuário 2006, identificam mais de 4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, mas não faz menção sobre a conformação de como está classificado ou quem é esse agricultor familiar. De qualquer modo, o dado que indica uma predominância do agronegócio no setor está no fato de que "os estabelecimentos não familiares", apesar de representarem a menor quantidade de estabelecimentos rurais, detêm um número absurdamente maior de terras. Além disso, a área média dos estabelecimen-

tos familiares era de 18,37 hectares por estabelecimento enquanto, e a dos não familiares, de 309,18 hectares por estabelecimento, ou seja, uma diferença brutal.

FIGURA 05 - Dados do Censo 2006 sobre ocupação de áreas na agricultura familiar



Fonte: IBGE (2006, p.22)

O último censo feito pelo IBGE aponta a condição do produtor classificado como Familiar, em relação às terras:

FIGURA 06 - Dados do Censo 2006 sobre ocupação de áreas na agricultura familiar



Fonte: IBGE (2006, p.22)

Embora a luta pela Reforma Agrária, conduzida pelos trabalhadores desde o início do século XX, não tenha conseguido todas as conquistas pretendidas pelos grupos mili-

tantes, é inegável que a mobilização obrigou vários governos a efetivar assentamentos país afora, elevando o número de pequenas propriedades que começaram a abastecer os mercados locais com suas produções e dar nova configuração à classificação de Agricultura Familiar.

Para Lamarche *apud* Silva (1999), há um conjunto de lógicas que explicam o funcionamento das unidades de produção a partir da interação entre os laços familiares e o grau de dependência em relação ao exterior. Sua classificação leva em consideração a lógica que é determinada pela relação que as famílias têm com a terra; a importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado; se essa relação é temporária ou permanente; a atribuição que é dada para estrutura familiar; como a família é representada no estabelecimento; como está organizada a produção; e se essa produção superou o autossustento. Seus grupos são definidos da seguinte forma: a Empresa, a Empresa Familiar, Agricultura Familiar Moderna e a Agricultura Camponesa ou de Subsistência. Essas denominações estão associadas (LAMARCHE, *apud* SILVA, 1999).

Para Marques (2008) o camponês brasileiro configura-se assim:

...é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p.65).

A questão é saber quem de fato está produzindo e entregando alimentos para o consumo da população. Os trabalhadores assentados da Reforma Agrária estão nesse contexto? Como estão avançando na questão do desenvolvimento econômico? O conhecimento tecnológico, aliado aos processo de formação para o trabalho, estão pareados com as demandas sociais dos trabalhadores?

Retomando Neves (2012), é importante destacar nesse processo que,

...como termo de mobilização política, a agricultura familiar corresponde a enfeixamentos de sentidos ideológicos para legitimar processos de transferência de recursos públicos, consequentemente diferenciados daqueles que apenas contemplem o restrito sentido da reprodução do capital; ou de recursos que circulem na contramão de processos de concentração de meios de produção. Por isso mesmo, na definição do segmento de produtores vinculados à agricultura familiar, integram-se, como questão fundamental do debate político, as acusações ou defesas do caráter social daquelas transferências de recursos na forma de créditos contratados a juros subsidiados" (NEVES 2012, p.36).

Shanin (2012) afirma que utilizar característica como a "propriedade rural familiar" como unidade básica da organização econômica e social, a agricultura como fonte de renda, a vida em pequenas comunidades e a situação de opressão e exploração sofrida pelos trabalhadores do campo, ainda não são suficientes para totalizar a ideia de camponês, nesse sentido:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida... O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas...Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências "ocidentais", é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção (SHANIN, 2012, p.51-52).

Diante do exposto, os trabalhadores do campo têm em sua configuração aspectos históricos, sociais, políticos econômicos, culturais e educacionais originários em diferentes matrizes. Esses aspectos estão relacionados aos processos de formação para o trabalho, que refletem na produção e na comercialização dos grupos produtivos, que se beneficiam em maior ou menor grau do acesso a recursos públicos para impulsionar suas produções. Por consequência, o pesquisador entende, na mesma linha que Lamarche *apud* Silva (1999) e Shanin (2012), que não deveriam ser descritos e entendidos da mesma forma.

Assim, dentro desta construção, que tende a diferenciar os trabalhadores do campo a partir de seus *modus operandi* de produção, será evidenciada a existência de dois grupos de trabalhadores economicamente enquadrados como Agricultores Familiares.

O primeiro grupo será denominado como "Pequeno Produtor Rural", muito próximo do conceito de Empresa Familiar de Lamarche *apud* Silva (1999), para indicar os agricultores familiares que têm sua propriedade como um investimento de negócios, que adquiriram a terra por herança ou compraram com recursos próprios ou financiados. Por meio de sua produção, exploram trabalho contratado, geram riqueza particular e novos negócios que não necessariamente estão ligados ao campo. Esse agricultor de mercados se apropria de financiamentos privados ou governamentais para impulsionar sua produção e atua comercializando sua produção *in natura* ou processada, ocupando espaços do mercado interno ou exportando, normalmente participando do acúmulo de capital das

operações comerciais das grandes integradoras. Nesse sentido, Neves (2012) chama a atenção para a ideia de que,

...pelos múltiplos significados que contempla, o termo agricultura familiar sinaliza ainda para a minimização de conflitos no campo, por perda de reconhecimento de detratores de espíritos mais conservadores, dado que por ele se prospecta a modernidade no campo e se consolida a expansão da massa de consumidores – ou, como se costuma laurear, a construção de uma classe média no campo, (NEVES, 2012, p.38).

O segundo grupo de agricultor familiar, e que é o foco deste trabalho, são os "Agricultores Camponeses", mais próximo ao grupo que Lamarche *apud* Silva (1999) denomina de Agricultura Camponesa e de Subsistência. Segundo Silva (1999), o sistema produtivo camponês tem funcionamento bastante particularizado, equilibrando numa delicada relação produção e consumo, onde não há lugar para categorias econômicas tradicionais como lucro ou salário, pois o objetivo perseguido é o valor de uso e não o valor de troca. De acordo com o autor,

A partir daí, faz-se mister analisar as diferentes lógicas familiares de funcionamento das unidades produtivas. Três temas se destacam para determinar estas lógicas familiares: a terra, como patrimônio familiar, como ferramenta de trabalho ou como objeto de especulação; o trabalho, familiar ou assalariado; e a reprodução do estabelecimento, onde as estratégias podem ser muito familiar, medianamente familiar e pouco familiar. Isto posto, é preciso aquilatar o grau de dependência tecnológica, financeira e do mercado. A capacidade de adaptação da agricultura familiar varia segundo o grau de dependência (SILVA, 1999 s/p).

Este recorte se faz necessário, pois a produção camponesa não deve ser confundida com a produção familiar, pois nem toda produção camponesa é familiar e nem toda produção familiar é camponesa.

Assim o grupo de trabalhadores camponeses acompanhados pelo CIESP/UFU, é formado por homens e mulheres historicamente marginalizados pelos processos produtivos capitalistas, que lutaram, ou ainda lutam, pela sua permanência em um pedaço de terra, que passaram boa parte de suas vidas em conflito de diversas ordens e são marginalizados pelas relações capitalistas. Também faz parte desse conjunto os trabalhadores que permaneceram na terra através da herança dos pais, que persistiram na construção de laços com a terra ou mesmo pela inexistência de alternativas para deixá-la, utilizando da terra para o autoconsumo ou mesmo para sobrevivência vendendo o excedente produzido e que não explora a "mão de obra" paga para outros trabalhadores.

Esse conjunto de trabalhadores, caracteriza-se pela busca da superação da marginalidade por meio da organização na luta pela terra, por torná-la produtiva, tanto para seu sustento quanto para gerar, minimamente, uma renda para continuar sobrevivendo por meio da agricultura, isto é, pretende ter uma organização produtiva de sua área baseada na solidariedade entre seus iguais, sem a lógica da exploração de força de trabalho de outros, viabilizando a substituição da ideia de lucro por sobras e finalmente com o objetivo de produzir alimentos sem qualquer tipo de veneno e acessíveis à todos.

É importante destacar que nesse grupo existem organizações que têm fortes ligações ideológicas, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre inúmeras organizações que dão sentido para a afirmação da identidade política desses movimentos como campesinato. Também temos organizações que não são orientadas por princípios políticos ideológicos definidos, como as várias associações de representação de trabalhadores agricultores, como a Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU), e associações representativas de grupos assentados (por exemplo no assentamento Tangará/Uberlândia, existem quatro associações representando as quase 250 famílias assentadas), porém não deixam de ser organizações representativas de trabalhadores camponeses, que vivem do seu trabalho, e não se apropriam de mais valia, por meio da exploração de trabalho alheio.

Antunes (2009) classifica como pertencente à classe trabalhadora as pessoas que vivem do trabalho e que não são proprietários de empresas urbanas ou rurais, bem como aqueles que assumem postos de gestores dessas empresas e os rentistas. Seguindo sua lógica das novas metamorfoses do mundo do trabalho, o autor ainda indica que há uma noção ampliada de classe que incorpora aqueles que vendem sua força de trabalho para o capital. Assim, os pequenos proprietários de terras podem ser considerados como pequenos burgueses, e os trabalhadores camponeses, apesar de não deterem por completo os meios de produção ainda são submetidos a resistir à ideia de sucumbir aos encantamentos capitalistas de desejarem ser pequenos burgueses.

Mas a classe que vive do trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalismo, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia são aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca (ANTUNES, 2009, p.102).

Gorender (2013) aponta que, historicamente, foram desenvolvidas duas linhas entendimento sobre o campo brasileiro, uma que diz respeito ao latifúndio que se transforma ao longo do tempo na empresa capitalista e a outra relacionada a pequena exploração de caráter camponês-familiar com uma produção artesanal e para o auto consumo.

Respeitando as limitações de tempo e espaço desta pesquisa, e ressaltando que o processo histórico é fundamental para o desenrolar da análise e também levando em consideração as mutações no mundo do trabalho, será objeto deste pesquisa a análise das relações de formação para o trabalho, suas dificuldades e possibilidades que esses trabalhadores classificados como "Agricultores Familiares Camponeses" enfrentam em seu dia a dia.

2.2. Movimentos de precarização das condições de trabalho e resistência no campo

A partir da década de 1960, aconteceram diversas transformações nas relações do mundo do trabalho que foram determinantes à sobrevivência dessas famílias, principalmente no que diz respeito a sua organização política, aquisição de incentivos governamentais de fomento e financiamento da produção e acesso às áreas. Principalmente no período da ditadura militar que privilegiou usineiros, latifundiários e todo tipo de empresários que se dispuseram a impedir os trabalhadores rurais de terem ou permanecerem nas terras e sobrevivendo de seu trabalho, intensificando a tomada de áreas pela força ou pela lei.

Fernandes (2012) apresenta dados que ilustram essa movimentação fundiária no Brasil no período de 1970 a 1985, período em que 48.5 milhões de hectares de terras públicas foram transferidas para a iniciativa privada, criando enormes latifúndios em várias regiões do país, aumentando a concentração de terras nas mãos de poucos. Esse acúmulo foi promovido pela política de desenvolvimento agropecuário do governo militar. É importante ressaltar que boa parte dessas terras públicas eram áreas devolutas que tiveram sua documentação adulterada para serem ocupadas por grileiros. A seguir segue quadro que evidencia o aumento da intensidade da concentração de terras promovida pelo regime militar brasileiro no poder.

FIGURA 07 - Número de áreas públicas transformadas em latifúndios



Fonte: Fernandes (2012), elaboração própria.

Esse processo de expansão das divisas agrícolas, promovido pelo governo militar, intensificou o processo de acúmulo de poder econômico e político nas mãos de poucas pessoas que concentraram essas terras. Consequentemente, também intensificou a exclusão de trabalhadores ao acesso e permanência em pequenas propriedades. A apropriação de terras de forma indevida por parte de grileiros e posseiros se concretizou em um enorme poderio político de manipulação pelos latifundiários em muitas regiões do país. Por outro lado, essa concentração irregular de terras acaba sendo um grande argumento para impulsionar e justificar o movimento de Reforma Agrária no Brasil até os nossos dias.

Carvalho (2002) faz a discussão sobre os movimentos de resistência e observa que na década de 1990, o Estado brasileiro, para cumprir exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI), que serve aos interesses de grupos financeiros internacionais, introduziu ajustes estruturais que afetaram diretamente os pequenos agricultores familiares. A desregulamentação dos preços internos, a contenção de aumentos nas tarifas de importação, a redução drástica dos financiamentos, o desmantelamento da assistência técnica rural, a inexistência de políticas de fortalecimento da infraestrutura para a produção, entre muitas outras ações, provocaram a deterioração econômica e social e trouxeram a inviabilidade de muitos pequenos agricultores ou extrativistas, provocando o

abandono da terra pelos jovens e a característica mais cruel, que é a perda da perspectiva da melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Carvalho (2002), a luta para permanecer na terra como pequeno agricultor familiar nas condições econômicas impostas pelas classes dominantes exigiria do pequeno agricultor que reafirmasse sua identidade social:

A construção de identidades sociais de resistência não propicia, ela em si, a produção de sujeitos. Entretanto, elas poderão permitir, ao reverterem o julgamento de valores, que se construam identidades de projeto. É a construção desta identidade que produz sujeitos. Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São os atores sociais coletivos pela qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente (CARVALHO, 2002, p.15).

Assim Carvalho (2002) aponta que a construção dessas experiências para uma nova sociedade, negando as relações existentes e resistindo para a superação dessas relações opressoras, exploratórias, são expressões do movimento de resistência no campo que juntam com as forças políticas urbanas, como sindicatos, associações e movimentos sócias dos trabalhadores, como acontece nas articulações da Via Campesina e o Fórum Social Mundial.

Como exemplo de resistência, a região do Triângulo Mineiro, segundo levantamento do LAGEA (2014), conta com 87 assentamentos da Reforma Agrária e 235 ocupações ou propriedades em disputa. Em Uberlândia são computados 14 assentamentos da Reforma Agrária, envolvendo 815 famílias, e 54 ocupações em terras rurais e urbanas, envolvendo 8.335 famílias.

FIGURA 08 - Número de assentamentos em alguns municípios de Minas Gerais

	MUNICÍPIOS - MG	Nº DE ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS
1º	Unaí	26	1.831
2º	Buritis	22	890
3º	Arinos	17	898
4º	Uberlândia	14	815
5ª	Jaíba	12	2.947
	Campina Verde	12	630
	Paracatu	12	849
6º	João Pinheiro	10	662
7º	Lagoa Grande	7	330

Fonte: NERA (2014), elaboração própria.

Considerando que Uberlândia está em uma das regiões em que o agronegócio exerce grande poder de intervenção nos mercados e na política econômica do país, o fato de existirem 14 assentamentos da Reforma Agrária é extremamente relevante do ponto de vista histórico, sociológico, econômico e, por que não dizer, político para toda a região do Triângulo Mineiro. São 815 famílias assentadas no município, em sua maioria enfrentando inúmeras dificuldades, desde sua permanência na terra até a sobrevivência por meio de seu trabalho nas roças, e mais de 8 mil famílias que ainda não superaram os conflitos da disputa pela fixação num pedaço de chão para viver.

De acordo com Cardoso e Cleps Jr. (2010) em 1999, ocorreu uma das ocupações mais importantes no histórico das disputas de terras em Uberlândia. 450 famílias ocuparam a Fazenda Tangará, terras de uma empresa privada, fizeram o enfrentamento com a polícia militar e fazendeiros e, depois de muita luta e resistência para ficar na ocupação, as famílias foram assentadas em meados de 2006. Essa ocupação tornou-se um marco na luta pela terra na região.

Alguns dos assentamentos que se concretizaram no município de Uberlândia conseguiram se desenvolver em termos de organização para o trabalho coletivo por meio de associações ou cooperativas. São os casos dos Assentamentos Canudos e Emiliano Zapata, que congregam a maioria dos camponeses associados a Associação Camponesa da Reforma Agrária (ACAMPRA), e dos Assentamento Tangará, que abriga boa parte dos cooperados da Cooperativa da Agricultura Familiar (COOPERAFA). Ambas as organizações entregam para a merenda escola de Uberlândia.

No entanto, mesmo para esses empreendimentos que conseguiram superar grande parte das dificuldades, a realidade para a maioria dos agricultores familiares camponeses é de resistência para simplesmente se manter na terra, tendo a sua produção limitada para o autossustento ou vendendo quantidades mínimas de forma não organizada, garantindo um ganho extra. Boa parte dos agricultores alinha-se a cadeias de integração agro-industrial, vendendo a baixos preços matérias primas que são objeto de agregação de valor por parte de setores industriais da cadeia produtiva.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si meso e ao trabalhador como uma mercadoria, isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (ANTUNES, 2013, p.141)

O trabalho é elemento fundante das relações sociais e para desmistificar a ideia burguesa de que é do trabalho e da natureza, que são geradas as riquezas, é necessário pontuar aqui a sentença dada por Marx (2012 p.25) que diz: "Na medida em que o trabalho se desenvolve socialmente e se torna, desse modo, fonte de riqueza e cultura, desenvolve-se a pobreza e o abandono do lado do trabalhador, a riqueza e a cultura do lado do não trabalhador". Assim, faz-se necessária a discussão como elemento indissociável no sentido de sua existência para o agricultor camponês que, via de regra, depende exclusivamente de sua própria força de trabalho ou ainda de sua família.

Existem muitos trabalhadores camponeses que ainda não conquistaram o acesso a sua própria terra e com isso são empregados em todo tipo de indústria rural que vai do corte da cana, da agropecuária ou como simples coletores de hortaliças, todos assalariados. Como afirma Silva (2004), que fez um estudo sobre a precarização do trabalhador no corte da cana no estado de São Paulo, nos primeiros anos da década de 2000 os salários desses trabalhadores tiveram diminuição bastante sensível, além das condições de trabalho desumanas, fazendo com que o trabalhador migrasse para outras regiões em que muitas vezes encontrava as mesmas condições de vida de sua região de origem ou ainda pior.

A autora levanta uma questão bastante séria quando se trata de alternativas para os trabalhadores superarem essas condições de extrema exploração de sua força de trabalho, que são as falsas cooperativas. Em seu estudo, foram detectadas ampla proliferação no setor da citricultura. Segundo a autora, além das perdas dos direitos, houve uma diminuição do poder dos sindicatos, e aumentou a rotatividade dos trabalhadores nas colheitas de laranja, consequentemente proporcionando menores ganhos. Sem um sindicato forte para sua proteção e associados a uma "falsa cooperativa", os trabalhadores ficam sem alternativas e acabam aceitando as migalhas.

Esse é um exemplo das precariedades que o trabalhador camponês enfrenta nas suas relações de trabalho, e o que ainda é mais grave é que essa situação também acontece com os camponeses assentados pela Reforma Agrária. Muitas vezes, por não terem as mínimas condições de sobrevivência, a partir da produção na terra, as pessoas saem a procura de emprego nos centros urbanos ou mesmo nas fazendas ou usinas da região que oferecem empregos precarizados. Betanho (2008), acompanhando assentamentos na região da Zona da Mata Norte de Pernambuco, presenciou a terceirização do cultivo da cana para usinas, venda de dias de trabalho para fazendeiros locais em troca de crédito nos mercadinhos. As mulheres acabavam indo fazer faxina nas casas da cidade, dupli-

cando, ou triplicando sua jornada de trabalho. Os jovens procuravam alternativas na cidade e acabavam se deparando com inúmeras barreiras para encontrar bons empregos e acabavam aceitando qualquer coisa em troca de alguns reais (VAZOLLER, 2004).

De acordo com Silva e Santos (2014), no Triângulo Mineiro existem cidades que têm bairros populosos formados a partir de trabalhadores que vieram de outros estados, como Alagoas, para o corte de cana e que, ao término da safra, foram simplesmente demitidos e abandonados a sua própria sorte. Assim, sem terem para onde ir, foram se amontoando nas periferias das cidades e tentando sobreviver das migalhas.

Aqui cabe uma inferência histórica. Max (1985) analisando o mundo em que vivia no século XIX, afirmava que o capital não explorava somente a força de trabalho das pessoas mas sim, consumia-as inteiramente. Essa relação ainda pode ser encontrada facilmente nas relações de trabalho em nossos dias. Marx (1982) dizia que a força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva e que, para viver, precisa de meios para sua subsistência. Sendo assim, a exploração capitalista precisa ser mediada, pois se deixada à sua vontade, elimina a humanidade das pessoas que, por consequência, se matam umas às outras.

A busca por encontrar meios de superação da exploração do trabalhador pelo capital está entrelaçada historicamente desde que existiu a primeira forma de exploração. Em nossos dias, muitas formas foram inventadas para proporcionar aos trabalhadores meios de se libertarem das garras do capitalista dominador, mas muitas dessas formas se caracterizaram muito mais como mecanismos de ilusão do que propriamente libertadores.

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações, a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. (MARX, 1985, p.257) .

O trabalho cooperado foi apontado e analisado como uma dessas saídas para eliminar a exploração, porém nem todas as intenções acabam sendo favoráveis ao trabalhador, pois boa parte dessas iniciativas têm no Estado seu grande patrocinador. Se o

Estado for uma instância do capital, sendo ocupado pela burguesia, legislará a seu favor. Assim, há muito tempo, vivenciamos a situação em que o Estado está ao lado de quem for ou desejar ser empresário capitalista, não importando o nome que se dê a isso. Um indicativo disso é o valor do Plano Safra para a agricultura empresarial, que é de R\$ 187 bilhões (MAPA, 2015), enquanto o da Agricultura Familiar é de R\$ 28 bilhões (MDA, 2015).

Outras iniciativas chegaram um pouco mais próximos dos anseios da classe trabalhadora como as legítimas cooperativas, formadas a partir da organização dos próprios trabalhadores e que procuram construir mecanismos de relacionamentos entre os públicos envolvidos de forma equitativa e solidária, e como disse Marx (1985, p.262), "ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie".

Essas organizações tendem a se tornarem empreendimentos que buscam vantagens para seus cooperados por meio da somatória de recursos que aumentem seu poder de barganha frente as lógicas de mercados. Betanho (2008), analisando empreendimentos cooperativos do Rio Grande do Sul, verificou que arranjo produtivo criado em torno da produção de arroz orgânico possibilitou a ocupação de mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que esses trabalhadores percorreram uma longa jornada de formação política e para o trabalho.

Cabe fazer uma ressalva sobre o uso do termo empreender e empreendimento nesta dissertação. Seu uso não tem a intenção de ser mascarar a precarização do trabalho proporcionado pela exploração do trabalho pelas forças liberais. Normalmente o termo empreendedorismo é utilizado para explicar qualquer iniciativa de se organizar uma empresa, ou uma cooperativa. Nesse sentido, para evitar uma possível confusão deixaremos claro que a intenção de usar os termos está ligado a ideia de autogestão, na lógica da Economia Popular Solidária, e que possa produzir ao longo do tempo, contribuição produtiva societal.

Também se faz necessário ressaltar a questão da intenção quando se fala no trabalho cooperado que é de dar ao trabalhador capacidade de ampliação de suas forças de ação e não de mascarar a precarização como forma de burlar os direitos dos trabalhadores conquistados. O conceito referente a cooperação solidária no trabalho denomina-se "empreendimento econômico solidário" (GAIGER, 2000), termo bastante utilizado dentro dos procedimentos de incubação do CIEPS. O processo empreendedor e de ocupa-

ção de mercados é orientado a partir da lógica do Marketing Societal, que de acordo com Morgan (1996 apud Betanho, 2008 p.98),

...a filosofia do marketing societal tem suas origens no questionamento da legitimidade e aceitação da filosofia de marketing. Essa definição prevê que a busca pelo mercado deve ser realizada de tal forma que preserve ou melhore o bem-estar do consumidor e da sociedade, indicando que as empresas devem desenvolver condições sociais e éticas em suas práticas de marketing, equilibrando critérios freqüentemente conflitantes entre os lucros da empresa, a satisfação dos desejos dos consumidores e o interesse público.

Nesse sentido, assessorar trabalhadores camponeses que desejam ser autogestórios requer um esforço bastante concentrado para reconhecer, desconstruir e evitar as armadilhas provocadas pela retórica burguesa, que tenta impor modelos aos trabalhadores e, de forma sincronizada, construir alternativas que atendam das necessidades de emancipação econômica.

2.3. A produção agroecológica como fetiche do consumo

De acordo com Marx (1985, p.45), "a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie". No caso da produção de alimentos orgânicos, o valor de uso está muito ligado ao desejo de viver melhor, e o valor de troca acontece na disponibilidade que há no mercado dessa produção, que ainda é muito pequena, e há uma exploração midiática por parte tanto de produtores como das grandes redes de distribuição, no sentido de cobrar um valor monetário elevado.

A partir de pesquisas de campo efetuadas no âmbito do projeto "Apoio à continuidade dos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na perspectiva da Extensão Universitária no município de Uberlândia e região do Triângulo Mineiro (MG)", do qual esta dissertação é resultado parcial, é possível abstrair a ideia de que as pessoas têm uma percepção do que signifique o consumo de alimentos saudáveis, em especial o significado do bem que faz para o corpo a alimentação feita com hortifrutis sem agrotóxicos, porém a concretude do que significa um alimento orgânico ou agroecológico, pode ser bastante difusa no imaginário das pessoas, e elas fixam seu desejo de consumo em se alimentar melhor e que essa alimentação lhes trará melhores condições de saúde no presente e no futuro. Nesse sentido, existe um desejo pelo consumo de produtos mais saudáveis, e não necessariamente há um interesse sobre como esse produto vai parar na mesa das pessoas.

Há um desejo manifestado pelos agricultores da AMU em elevar os lucros, pois essa produção tende a ter um valor de troca a maior em relação aos produtos convencionais. Com essa perspectiva de consumo o agricultor tem algumas possibilidades de planejamento, e acredita que se investir seus recursos na produção de orgânicos por exemplo, terá um retorno em média 30% a mais do que a produção convencional. De fato, as compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) garantem essa diferença de preço. Para ocupar mercados convencionais, esse valor é estimado, tendo em vista que o poder de barganha desses mercados influencia a prática da precificação. Além disso, existem custos de produção que são fortemente baseados em trabalho explorado.

Também inclui-se nesse ponto de vista, a ideia de que é necessário mudar a matriz de produção e investir em alimentos produzidos de forma agroecológica e alternativos ao agronegócio. Assim, tem-se a percepção dos camponeses associados a AMU de que é possível produzir alimentos mais saudáveis, com custo de produção menor e acessíveis para todos.

Como o valor de troca se realiza no consumo, é muito difícil para o agricultor imaginar que exista na totalidade de sua produção valor além daquele que pode visualizar no seu trabalho como Marx (1985, p. 47) afirma:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Entendendo a produção de alimentos, seja no intuito de arrecadar mais dinheiro pelo desejo e demanda, ou pela construção ideológica da necessidade de superar a produção com veneno, excluindo aqui a produção gerada pelo agronegócio, foge à percepção, quase que na sua totalidade, de que o alimento, que antes servia como energia vital para o homem, passa a ser manipulado como uma mercadoria que serve não só para manter-se vivo, mas também para gerar status social, tanto para quem compra como para quem produz. Nas relações de mercado, a percepção em relação ao trabalho necessário para se disponibilizar os alimentos para consumo, não é levado em consideração, tanto pelo consumidor, que é impactado pelos apelos publicitários, como também pelo agricultor, que é pressionado a subtrair seu valor trabalho do produto final para atender à exigência da precificação momentânea do mercado. No entanto, mesmo que não con-

siga agregar valor monetário, ele existe e está impresso em cada alimento que entrega para o consumidor.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1985, p.53).

Vale ressaltar, como inferência do pesquisador, que o agricultor também é impactado por essa mesma lógica de consumo quando necessita de bens de uso no seu cotidiano. Para o agricultor familiar camponês, essa lógica se faz presente no sentido de que, ao se autorresponsabilizar pela sua melhoria de vida por meio do desenvolvimento da organização do espaço produtivo, passa a desejar outras mercadorias disponíveis e propagandeadas na sociedade como resultado de mobilidade, assim quando a produção cresce por vários motivos, também cresce a "ambição" do agricultor em produzir mais para atender à demanda, conseqüentemente melhorar sua infraestrutura produtiva e também lhe render mais sobras. Com essa lógica, podem ser geradas melhores condições de adquirir bens de consumo duráveis ou não. No entanto, a partir do momento em que o agricultor camponês se insere nessa lógica, é absorvido por outros conceitos subliminares embutidos nas relações sociais capitalistas, que se concretizam pelo consumo, tornando-se o que conceitualmente é chamado por Antunes (2009) de pequenos burgueses.

Nesse sentido o trabalhador camponês, quando se aventura a distribuir sua produção, concorrendo no modelo capitalista, é envolvido pelas lógicas de mercado e não demora muito para se comportar como se essa lógica fosse a única forma de relacionamento comercial, já que esse comportamento lhe proporciona retorno imediato, o que não significa retorno ideal. Esse comportamento está muito próximo de sua realidade e parece o caminho mais viável para sua sobrevivência, ou seja, se ele se submete a um tipo de relacionamento quando compra uma máquina para sua lavoura, passa a agir da mesma forma em relação ao seu trabalho, sua produção não lhe pertence. O problema central disso é que o camponês, em especial aquele que optou pela produção de orgânicos, não consegue sobreviver de seu trabalho vendendo sua produção para seus iguais. Ofertar sua produção para o mercado, no entanto, pode ser uma adequação estratégica e não necessariamente uma "venda de sua alma" para o sistema capitalista. É claro que a demanda por alimentos mais saudáveis hoje, no caso orgânicos, vem das relações soci-

ais capitalistas, porém é possível fazer mercados e posicionar-se no sentido de apresentar uma relação societal entre produtor e consumidor (BETANHO, 2008).

Assim, um processo de formação para o trabalho deve necessariamente ir além da transferência técnica de conhecimento, é fundamental ter mecanismos de formação de consciência, debates políticos aprofundados por meio de leitura ou intervenções qualificadas. Caso contrário, as emergências do dia a dia e a falta de perspectiva acabam justificando a mesmice e dando a impressão de que se o mundo é assim desde sempre, porque não aceitá-lo assim como me permitiram vê-lo?

O mistério da forma mercadoria consiste, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens (MARX, 1985, p. 71).

É possível inferir que seja uma linha de raciocínio comum a qualquer pessoa que esteja em condição de pobreza, desejar melhorar de vida, e almejar possuir algumas coisas, como uma casa ou um sofá e uma televisão. Mas quando o agricultor camponês se vê na situação de crescimento econômico e acredita ter em suas mãos uma grande possibilidade de possuir mais coisas apenas aumentando sua produção, começa aí o grande calvário do trabalhador que vive e depende de seu próprio trabalho. Um dos espaços produtivos incubados no CIEPS vive esse dilema. As famílias aumentaram suas horas de trabalho, com vistas a aumentar o faturamento conseqüente da comercialização, mas no entanto, não são eles que são responsáveis pela precificação que chega até o consumidor final. Aliado ao alto poder de barganha dos compradores e ao *know how* que os atravessadores detêm, correm constantemente o risco de prejuízos ao entrar na lógica de precificação de mercado.

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, , reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma (MARX, 1985, p.79).

Empreender não é uma tarefa fácil, simples e cartesiana como os propagadores formadores do mercado dizem que é. As armadilhas do capital estão todas à postos para impedir as iniciativas desestruturadas e destruir a concorrência. Esse é um dos limites apresentados no princípio de igualdade e concorrência presentes no pensamento liberal. A idéia da concorrência tem como pressuposto a existência de condições equitativas na sociedade. Essa afirmação carrega em seu interior pressupostos ideológicos que colocam como iguais aqueles que não o são, Ao contrário de um universo de oportunidades intangíveis, o mercado atua como uma espécie de “universo selvagem” que exclui os mais fracos.

Olhando para a produção dos agricultores familiares camponeses, identificamos que há uma contribuição social no sentido de que estão produzindo alimentos para as pessoas, na sua maioria urbanas, que não sabem, nem têm condições e nem querem produzir seus próprios alimentos para viver. Assim, a produção de alimentos, em primeira instância, tem em sua essência um valor de uso para toda a humanidade, que está no campo das necessidades fisiológicas básicas. Mas se a alimentação é uma necessidade vital para o ser humano, por que ainda em nosso tempo se fala na existência de fome em algumas regiões mundo afora?

Em primeiro lugar é necessário entender que a produção de alimentos se dá nas propriedades rurais, cujos seus proprietários exploram esses espaços como bem entendem, então a produção de alimentos é privada e obedece a lógica de exploração capitalista de mercado. Assim, faz-se necessário lembrar do início da discussão sobre a questão agrária, sobre a luta pela reforma agrária e a ocupação das terras para a produção de alimentos. É importante ressaltar que a divisão das terras no Brasil ainda está muito

mais favorável à produção pecuária e a vários setores do agronegócio e a produção da agricultura familiar restrita a uma porção territorial absolutamente menor, conforme já citado anteriormente.

Os alimentos são elementos essenciais para a sobrevivência de todos. No entanto, à medida que foram transformados em resultado dos negócios feitos pelos proprietários das terras, tornaram-se uma mercadoria à disposição apenas daqueles que têm recursos monetários para adquiri-los. Assim, o valor de uso é subordinado ao valor de troca que esse alimento terá tanto para quem está disponibilizando para a venda como para quem vai comprar. Nessa relação de mercado estabelece-se o valor de troca dos alimentos (MARX, 1985), carregando em sua composição todo o trabalho necessário para sua realização desde a produção da semente até a comercialização e sua entrega para o consumidor final. Mas necessariamente o valor que é imputado aos alimentos, em particular orgânicos ou agroecológicos, está fundado nas relações capitalistas que, por essência, existe por meio da exploração do trabalho que se realiza nas relações de mercado.

Sobre o valor de uso dos alimentos, a discussão talvez seja mais breve pelo fato de sua condição fisiológica mas, quando se fala em valor que um quilo de mandioca tem para o mercado, a discussão se torna bastante complexa.

Betano (2008), em sua pesquisa, identifica a grande dificuldade dos agricultores camponeses quando diz respeito à questão da agregação de valor à produção dentro dos assentamentos.

As principais justificativas são a dificuldade de entendimento das necessidades do cliente, as exigências legais e de mercado, e a falta de tempo para a ação. No entanto, mais clara é a posição de que a agregação de valor ajuda a evitar atravessadores. Apesar da dificuldade em entender as necessidades dos clientes, e mesmo apesar de haver resistências ideológicas a uma pesquisa mais formal junto a mercados (considerada por alguns assentados como “de ideologia capitalista”), todos percebem que os investimentos são altos e precisam de segurança para fazê-lo (BETANO, 2008, p. 250).

Assim, na vivência dos agricultores familiares, esse duplo entendimento entre valor de troca e valor de uso não se faz presente quando emprega sua força de trabalho na roça. Independente da ideia que se tenha pela necessidade do alimento para o ser humano, mesmo depois de terminar o ciclo de produção de um determinado alimento, como a mandioca, se o agricultor familiar camponês não atingir o valor de venda que pague seus custos e sobre alguma coisa, essa mandioca será vendida a qualquer preço. Já na lógica do agricultor familiar capitalista tradicional, essa mandioca será destruída e não

chegará a mesa de ninguém. É assim que muitos pequenos produtores acabam agindo, pela necessidade. O agricultor familiar camponês prefere vender a qualquer preço a perder a produção, pois a ideia do investimento da força de trabalho destinada para produzir esse alimento não é percebido como determinante para seu lucro, mesmo o sendo.

Essa relação de perda também acontece quando há trabalho contratado, pois muitas vezes esse trabalhador que presta serviço para o agricultor familiar capitalista tradicional, está numa condição de precariedade contratual e acaba não tendo condições de reivindicar seus direitos. Essa condição de precariedade vai além da sua relação de trabalho e tem sua origem nas péssimas condições de sobrevivência desse trabalhador desde que nasceu.

Essa relação de perda ou destruição da produção não é regra, apenas uma situação que ocorre na vida dos agricultores familiares. Na condição de que tudo ocorra da melhor forma possível, ou seja, plantar e conseguir entregar seu produto pelo maior valor, a relação de trabalho empregado não muda muito, pois na grande parte das relações de mercado que existem na produção agrícola, o agricultor familiar, seja ele capitalista tradicional ou camponês, fica apenas com a de fornecedor da produção, tendo um poder de barganha achatado pelas "regras de mercado" e o valor de troca, que é onde se encontra a geração de lucro ou sobra, acaba indo para as mãos dos atravessadores. Nas mãos desses agentes que se concretiza o valor de troca da produção agrícola, ou seja, a apropriação dos valores gerados pela exploração de todo o trabalho abstrato despendido na produção, além do valor agregado pelo fetiche da mercadoria realizado no ato do consumo. Um exemplo disso está em Betanho (2008) em que a autora relata a relação de mercado da mandioca na Zona da Mata pernambucana: a tonelada de mandioca era adquirida in natura a R\$ 80,00 e a farinha de mandioca processada por outros, foi encontrada nos mercados locais a R\$ 1,00 o quilo.

Nesse aspecto é que se dá o grande gargalo da agricultura familiar camponesa: não conseguir desconstruir esse processo de exploração que se inicia lá na formação da semente até a entrega para o consumidor.

Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiamos em outras formas de produção (MARX, 1985, p.73).

Para poder apreender os mecanismos de como essa relação acontece e a partir disso se apropriar desse *know how* de conhecimento, seja tecnológico ou saber popular, exigido tanto para entender seu papel na sociedade como produtor de alimentos, bem como sua condição de trabalhador explorado, há um processo necessário de formação, que vá para além do tecnicismo.

Se um trabalhador camponês foi formado a sua vida toda, seja na escola ou nas relações familiares, de que sua vocação é de plantar, produzir e fornecer, mesmo que tenha superado algumas dificuldades da vida e tenha condições de sobreviver da sua produção, ainda assim, não tem condições de avançar no sentido de ficar com a totalidade da riqueza que gera, pelo fato de ser dependente de uma grande quantidade de elementos envolvidos na sua atividade. Na produção da semente, no transporte, nos insumos, no cultivo, na colheita, até a entrega.

Assim, mesmo que o camponês consiga se fixar na terra, avançar na produção e conquistar melhorias nas suas relações sociais, mesmo assim, não consegue chegar perto da condição de emancipação econômica a não ser se, após superada as questões acima, também se apropriar de todo o conhecimento relativo à cadeia em que sua atividade está inserida. E mesmo assim, somente adquirindo conhecimento técnico para realizar cada uma das atividades exigidas no processo produtivo, ainda estará dependente, se seu arranjo produtivo não for solidário.

Nesse sentido, o obstáculo a ser superado pelos camponeses é se organizar para se apropriar dos meios de produção para inverter a relação de exploração e deixar de ser explorados pelos atravessadores e passar a dominar toda a cadeia produtiva, sem no entanto criar uma nova forma de exploração de outrem. Essa ação significa dar o primeiro passo para a emancipação econômica e a apropriação dos ganhos que o valor de troca proporciona nas relações de mercado, bem como, avançar na superação da alienação dessa relação de produção.

2.4. O individualismo e o estranhamento na produção de orgânicos

Nas relações capitalistas, as empresas precisam de trabalhadores para realizar a produção de mercadorias, assim, nos primórdios da industrialização juntava-se uma multidão de trabalhadores para realizarem atividades específicas ao mesmo tempo. Marx (1985) nos explica que o capital realiza e depende do trabalho cooperado.

A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de

trabalhadores, onde o processo de trabalho, , amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 2008, p.257).

Os trabalhadores camponeses historicamente vêm se organizando para trabalhar de forma cooperada com o objetivo de otimizar seus esforços e com isso garantir melhores resultados em suas atividades. Marx (1985) fala sobre a cooperação, que permite estender o espaço em que se realiza o trabalho, sendo, por isso, exigida em certos processos de trabalho pela própria configuração espacial do objeto de trabalho, como, por exemplo, na drenagem de terras, na construção de diques, na irrigação, na construção de canais, estradas, ferrovias etc. A organização para conscientizar os trabalhadores sobre o trabalho cooperado tem muitos limites e invariavelmente esbarra na formação cultural, social e econômica que essas pessoas tiveram em suas vidas.

O individualismo é o grande obstáculo a ser superado pelos trabalhadores camponeses. O individualismo aparece de duas formas, uma no sentido de se apropriar dos ganhos gerados pela produção e vendas dos alimentos, e a outra no sentido de decidir para quem se produz. No sentido dos ganhos, o problema aparece quando um agricultor identifica no processo, uma possibilidade real de ganhar mais dinheiro sozinho, ao contrário do ganho proporcionado de forma coletiva, como é o caso da produção das cestas de orgânicos dos Mandaleiros. A cesta é uma composição de treze produtos fornecidos por vários produtores e os ganhos são divididos por igual. Quando um dos produtores encontra um melhor preço para seu produto em outro lugar, acaba entregando para outro e desfalcando a cesta com a ausência de seu produto. Assim, aos poucos o trabalho coletivo vai sucumbindo aos interesses individuais. Na sequência desse raciocínio, quando se decide entregar para quem paga mais, significa que não há a prioridade de tornar os alimentos mais acessíveis, e sim mais lucrativos, assim se consolida o interesse individual em detrimento das intenções associativas.

Muitas vezes, quem está produzindo não está pensando em entregar sua produção para um igual a ele, mas está pensando em ganhar mais dinheiro porque a produção é diferenciada e pode ser vendida por um preço maior. E quem tem esse dinheiro para comprar não é um trabalhador de baixa renda que mora na periferia. O mercado alvo é a

classe média que, empiricamente acredita-se que tenha mais dinheiro e disposição para se alimentar melhor.

Essa forma de pensar destoa diametralmente com a lógica de se produzir alimentos sem agrotóxicos e de forma agroecológica, pois se opõem à produção de escala proposta pelo agronegócio. Muitos agricultores acabam aceitando a lógica da produção em escala, pois aparentemente, pode proporcionar ganhos imediatos. Essas diferenças atuam como condição subjetiva e geram falsas esperanças nas relações políticas dos trabalhadores. E é nessas diferenças que a lógica do individualismo e da ilusão de inclusão corroem a união dos trabalhadores e se perpetua como pensamento hegemônico na sociedade.

Nesse sentido, quase todas as iniciativas, exceto a distribuição para os programas institucionais, acabam focando sua produção para a entrega/venda às famílias urbanas, nas feiras livres, feiras de produtores ou em lojas especializadas na distribuição de produtos orgânicos ou agroecológicos.

É interessante ressaltar que, mesmo em associações que produzem de forma cooperada, a intenção final não é produzir para um semelhante, e nesse sentido em relação a entrega para os programas governamentais, se justifica essa ideia porque o alimento é entregue, geralmente, nas escolas urbanas onde seus filhos não estudam. É o caso, por exemplo, da produção de arroz realizada no Rio Grande do Sul, que é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentação (PAA) da Conab de Uberlândia. Uma das associações acompanhadas pelo CIEPS passa por esse problema quando organiza seus esforços de produção para atender a outrem e assim, não produz para si os alimentos que consomem: para atender a demanda acabam utilizando agrotóxicos e adubos químicos. Diferente da situação dos camponeses da AMU, igualmente acompanhados pela Incubadora, que produzem orgânicos e, portanto, produzem os alimentos para os consumidores como os produzem para si.

Essa é uma realidade dos trabalhadores que conseguem produzir de forma cooperada, mas não é a mesma situação dos trabalhadores camponeses assentados da Reforma Agrária que ainda não superaram as dificuldades internas de organização e continuam a produzir de forma individual e em alguns momentos trocando trabalho entre si.

2.5. Desafios e dificuldades do trabalho cooperado

Invariavelmente, acontecem disputas entre os próprios trabalhadores, porque eles têm a percepção de que a melhor forma de melhorar de vida é trabalhando individual-

mente, mesmo que contraditoriamente pensem que o trabalho cooperado seria a melhor alternativa. Mas quando as intenções vão para a prática, isso não acontece. Esse talvez seja o maior desafio do processo de formação para o trabalho, visto que o trabalho cooperado existe, está nas relações capitalistas que dependem da cooperação dos trabalhadores para se realizar, porém da mesma forma que explora e expropria, se esconde e se torna invisível para aqueles que, pejorativamente, "vendem o almoço para poder comprar jantar".

Singer (2002) faz a discussão sobre o trabalho cooperado na forma de uma proposta chamada de Economia Solidária, fundada em princípios do cooperativismo e que aponta para ações e comportamentos que criam alternativas para a economia capitalista de mercado. Baseado na autogestão e na construção de valores solidários e democráticos entre as pessoas e organizações, seria possível tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, em centros de interações democráticas e igualitárias. O autor também aponta uma série de dificuldades para que isso se concretize, mas acredita que é um caminho para viabilizar melhorias das condições de vida para os marginalizados ou excluídos, ou simples desempregados que querem "fugir" das relações capitalistas.

Embora existam muitas ações bem sucedidas dentro dessa perspectiva da Economia Solidária, como o caso da cadeia de empreendimentos solidários ligados ao setor de algodão no Rio Grande do Sul, apresentado por Lima (2006), ou do arroz orgânico, no mesmo estado, apresentado por Betanho (2008), são todas dependentes e alicerçadas em retóricas que justificam sua existência, e portanto, ainda é um projeto a ser construído, pois as ações são pontuais e localizadas, bem como os resultados ainda podem ser questionados como ações que acabam por substituir as relações existentes da economia capitalista por uma forma mais "progressista" de mundo, mas que na essência continua reproduzindo o modo de produção capitalista em sua totalidade.

Wellen (2012), em sua discussão sobre as possibilidades para os trabalhadores que pretendem e devem empreender para a conquista da emancipação por meio de seu trabalho, afirma que não há garantias de que as cooperativas ou associações que são criadas pelos trabalhadores tenham bons resultados. Segundo o autor, "o cooperativismo tem sido proposto tanto por governos e indivíduos de direita - reacionários, conservadores, como pela esquerda, pelos progressistas, por aqueles que lutam por sociedades mais justas", assim, o "cooperativismo tanto pode ser um instrumento de emancipação dos

trabalhadores como pode ser usado para tornar, para esses mesmos trabalhadores, mais desvantajosas as relações de trabalho" (WELLEN, 2012, p.65).

Essa discussão pode servir de base para colocar a questão da organização dos movimentos de resistência que buscam a emancipação, pois as experiências que acompanhamos em relação às estratégias dos movimentos em se aproveitar das políticas e dos financiamentos de Estado para construir uma infraestrutura inicial, não tem sido bem sucedida na grande parte dos espaço produtivos. É fato que algumas organizações estão aproveitando os PAAs¹² para consolidar a organização da produção em sua plenitude, mas vale ressaltar que são poucas, e os resultados podem ser questionados quando colocados numa linha de tempo futuro em relação à sua perenidade. Em Betanho (2008), estão relacionadas estruturas produtivas subutilizadas, como o pátio de venda da agricultura familiar do CEAGEPE (PE), a fábrica de doces de Escada, o abatedouro de aves da Cooperunião no Rio Grande do Sul, a fábrica de doces do Iterra em Veranópolis (RS). Em Uberlândia, tem-se duas estruturas produtivas paradas no assentamento do Rio das Pedras: uma fábrica de farinha e uma processadora de melaço, que estão semi-acabadas e sem atividade nenhuma. Se essas unidades de processamento estivessem prontas, ainda assim, atualmente, haveria problemas, porque os camponeses não têm domínio tecnológico, tanto de gestão como de produção para tocar o negócio, como será discutido mais à frente.

As experiências que vivenciamos indicam que no tempo em que a organização está sobrevivendo com dinheiro público tudo vai bem, mas quando esse dinheiro deixa de entrar no caixa, as coisas começam a ficar precárias, inclusive nas relações pessoais entre as famílias. Nesse sentido, Betanho (2008) discute o aproveitamento dessas políticas públicas: enquanto existirem, devem ser usadas para criar condições concretas de garantir infraestrutura mínima de sobrevivência, pois quando as "vacas gordas emagrecerem", a dependência das políticas de Estado não teriam impactos tão severos para esses espaço produtivos. Essa ainda é uma intenção, pois grande parte dos espaços produtivos de trabalhadores ainda estão se sustentando por meio dos programas governamentais, esse ciclo de investimento estatal ainda não chegou ao seu final.

Podemos inferir que, aliado ao espírito individualista, que é alimentado pelos meios de comunicação burgueses e direcionados diariamente para os trabalhadores, ali-

¹² Programa de Aquisição de Alimentos criado pelo governo Lula em 2003, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar garantindo que os produtores entregassem suas produções diretamente a instituições beneficiadas.

ado à ideia de inclusão e crescimento, a realidade dos Agricultores Familiares Camponeses está recheada de dificuldades. Talvez a única constatação sobre a qual não exista dúvida é a necessidade de arrumar meios para sobreviver, e essa necessidade é real e não pode ser adiada, tem que ser atendida todos os dias. O pesquisador acredita que, as contradições do individualismo, do estranhamento, da exploração, da propriedade, do domínio tecnológico externalizados, encontrados no cotidiano desses agricultores, são constantes e não serão superados de forma rápida ou com simples intervenções.

Levando em consideração que a emancipação econômica só ocorrerá a partir do momento em que as pessoas consigam se emancipar enquanto ser historicamente social, e dominar a sua própria existência (MARX, 2010), essas contradições podem não ser superadas a tempo de que as mesmas possam usufruir dos resultados. Assim, é factível entender que um processo de formação aconteça paralelamente às necessidades desses trabalhadores, levando em consideração não só as dependências tecnológicas, mas de todas as ordens e acúmulos de conhecimento da humanidade e que de fato viabilizem e dêem longevidade aos movimentos de resistência.

2.6. Os grandes gargalos para a viabilização econômica dos camponeses

As dificuldades que os trabalhadores têm em relação a participação nos mercados, sua capacidade de mobilização e os motivos que causam essa fragilidade dos espaços produtivos, podem ser compreendidos pela leitura de que há um abismo entre a organização teórica e a necessidade de realizar na prática o planejado.

Deste modo, a posição de Marx fica bem demarcada, tanto em relação ao velho materialismo quanto em relação ao idealismo: para resolver o problema teoria-praxis é preciso voltar à práxis, ao seu modo real e material de apresentar-se, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e inequivocamente suas determinações ontológicas fundamentais. O ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. Constitui um ato inovador para o desenvolvimento do pensamento humano e da cosmovisão humana do mundo o equacionar o problema pondo o trabalho no centro dessa polêmica; e isto não só porque deste modo é afastada criticamente do desdobramento do ser em sua totalidade qualquer projeção e qualquer intromissão da teleologia, não só porque o trabalho (a práxis social) é entendido como o único complexo do ser no qual a posição teleológica lhe atribui um papel autenticamente real e transformador da realidade; mas também porque sobre esta mesma base – mas generalizando-a, e por meio de uma generalização tal que ultrapassa a mera constatação de fatos ontologicamente fundamentais – determina a única relação filosoficamente correta entre teleologia e causalidade (LUKÁCS, 1981, p.53).

Fazer mercados não é uma ação cartesiana, como muitos trabalhadores que decidem ir além da produção e assumir o processo de comercialização, são orientados pelos instrumentos de disseminação de conhecimento técnico capitalista. Como disseram grupos incubados no CIEPS: "basta saber produzir para que os clientes aparecem". É fato que há uma demanda por alimentos, porém as relações de troca que envolvem a criação de meios para satisfazer os desejos dos consumidores e concretizar esses desejos pela troca de dinheiro pela mercadoria, é um processo complexo, incerto, não linear e difícil de controlar. Ignorar essas condições pode ser muito danoso para quem não tem muitas reservas para gastar. Agir empiricamente custa, muitas vezes, mais do que investir tempo e recursos em planejamento (FAVARETO, 2004).

É importante ressaltar a condição do camponês assentado, lembrando as dificuldades que começam desde a ocupação das terras, na resistência para permanecer na área ocupada e a superação de começar a produzir para sobreviver de seu trabalho. Na prática, muitos agricultores acham que quando conseguiram produzir já chegaram no maior objetivo. Porém, como já exposto, é nesse momento que surge o maior desafio: o que chamamos de ocupar os mercados (FERNANDES e BETANHO, 2014).

O poder de negociação dos espaço produtivos dos trabalhadores é muito inferior ao poder dos grupos que determinam as regras que agem nas relações mercadológicas. As dificuldades começam nas condições básicas de sobrevivência, como acesso a saúde e educação em todas as áreas, e vão até a formação de preços de compra e venda. O processo é influenciado pelo imaginário burguês de sociedade e culmina na incômoda situação de aceitar a vocação de ser um fornecedor de matéria-prima, sentimento esse que empurra o camponês a se auto-inibir quando pretende dar alguns passos além da produção.

Essa relação fica evidenciada quando entra em cena o papel do atravessador. Esse agente tem o conhecimento, tem os meios e tem o apoio da sociedade para realizar sua tarefa de entregar os alimentos, *in natura* ou processados, ao seu destino final, seja para uma grande rede de supermercados, seja nos programas públicos ou mesmo no esperado almoço de família.

Esse agente mercantil assume diversas formas e tamanhos de operação e tem poder de sustentação para suas estratégias de aquisição e entrega da produção agrícola em qualquer canto do país, guardadas as características culturais regionais e o poder econômico local. Portanto, os atravessadores ou intermediários têm poder de criar regras de mercado e mudá-las de acordo com suas necessidades.

Levando em consideração a fragilidade dos camponeses no sentido de sobreviver por meio de seu trabalho, resultante da produção de alimentos, essa condição impõem aos agricultores a necessidade de construir o entendimento sobre como vão se comportar nessa cadeia produtiva, e isso implica desenvolver consciência sobre a forma de existência e organização da sua atividade econômica. Existem possibilidades para superar essa exploração nos mercados, seja no sentido de o agricultor camponês se assumir enquanto pequeno burguês, e portanto atuar como um, assumir ser um fornecedor de produtos para a distribuição por atravessadores, ou ainda resistir e desenvolver seus próprios meios para ocupar os mercados.

Entusiasticamente, alguns camponeses afirmam que é fácil concorrer com os atravessadores capitalistas, e se sentem orgulhosos em enfrentar a ação das empresas capitalistas, entrando no jogo e abrindo mão de seus ganhos, baixando o preço e portanto entrando na lógica da disputa. O capitalista, quando ameaçado pela concorrência, por exemplo de uma feira livre nos arredores de seu negócio, baixa os preços para impedir que os feirantes tenham sucesso em efetivar suas vendas, pois isso lhe trará prejuízos instantâneos. Os feirantes, no caso os produtores, entram no jogo e também baixam seus preços fazendo o jogo do capitalista, mas não percebem que mesmo naquele momento, ganhando uma certa quantia, estão enfiando a cabeça na guilhotina aos poucos. O capitalista tem a sua disposição ferramentas de comercializar que o camponês ainda não dominou ou teve acesso, pois em seu mercadinho tem uma grande quantidade de mercadorias nas quais pode diluir o valor que deixou de ganhar na alface e o consumidor não vai sentir a diferença.

Enquanto o camponês feirante tem à sua disposição poucos produtos e ainda corre com seus parceiros, ele não percebe que, no passar do tempo, essa ação para combater os preços não leva a lugar nenhum, pois se é para abrir mão do valor agregado, fazendo todo o esforço para ofertar os produtos na feira, abrindo mão de seus ganhos, talvez fosse melhor continuar a entregar seus produtos para o atravessador que, habitualmente, arca com os custos de deslocamento ou da distribuição em si. Não fazer esse cálculo pode aumentar o risco de provocar prejuízos ao fazer movimentações de preços sem planejamento, movidos apenas por impulsos sentimentais. Essa lógica está envolta em conhecimento acumulado de comercialização, muitas vezes de forma empírica, passada de pai para filho, ou ainda desenvolvida por uma instituição de ensino.

Outra saída para enfrentar o atravessador capitalista, que geralmente aparece, é a ideia de mudar o lugar da comercialização, indo para outras regiões que tenham deman-

da pelos produtos. Da mesma forma que brigar por preços sem ter domínio exato do que isso representa, é um problema, operacionalizar essa proposta também tem custo, mesmo que seja um custo de parar para pensar em como fazer. Assim, as ações desordenadas não são geradoras de bons resultados.

Ocupar mercados e, portanto, interagir com regras sobre as quais o trabalhador ainda não tem governabilidade, implica numa série de superações, começando pela desconstrução da ideia de que somente basta organizar a produção para ter garantida a perenidade das ações de comercialização.

De fato, o posicionamento dos grupos que muitas vezes encontramos nas discussões no CIEPS, aponta para a necessidade de priorizar a organização da produção, mesmo sem ter muito domínio do que se está propondo para além de colocar a semente no chão e depois colher o alimento. As ações para o pós-colheita ainda não são percebidas como estratégicas para os movimentos de resistência.

Quando se trata de atender demandas produzidas pelos mercados é necessário primeiro entender como, quando, para quem e a que preço será ofertada a produção, e a partir dessa informação organizar a produção. Esse é o ponto de partida para então organizar todas as ações posteriores.

Como já mencionado na introdução desta dissertação, Silva e Cleps (2009) refletem que a comercialização é uma atividade de caráter urbano e de difícil entendimento e absorção por parte dos agricultores. Portanto as posturas conservadoras dos movimentos criam impeditivos para superar o poder dos atravessadores e da própria lógica de mercado.

Diante do exposto, são necessárias ações de formação para amplificar a capacidade de geração de novas lideranças, bem como amplificar a formação para a maior quantidade possível de trabalhadores, pois só munidos de conhecimento é que as ações casuísticas serão evitadas a tempo. Aí está estabelecida mais uma contradição a respeito do processo pela emancipação econômica dos trabalhadores da Agricultura Familiar Camponesa. Enquanto os movimentos dos trabalhadores emperram nessas questões, a organização capitalista olha de longe, saboreando a discórdia endógena à classe trabalhadora.

Foi dito que haviam outros caminhos para superar a exploração dos mercados. Refletimos que se o agricultor camponês, ao se assumir enquanto pequeno burguês, ou assumir ser um fornecedor de produtos para a distribuição por atravessadores, ele será absorvido pela lógica capitalista de mercado. Sua atividade produtiva não será sócio-

referenciada, ou seja, ninguém que compra um tomate em um grande hipermercado sabe quem o cultivou. Da mesma forma, quem compra um molho de tomate, também não. Assim, o trabalhador desaparece nesse processo.

Quanto à organização da produção, e as ações ligadas à totalidade da atividade, a autonomia está relacionada à necessidade de que o processo deve ser livre de dependências, ou seja, não é possível buscar emancipação econômica se o agricultor for dependente da compra de defensivos, ou mesmo que um produtor agroecológico só consiga produzir comprando sementes ou insumos produzidos por uma empresa capitalista que encontrou nessa necessidade uma oportunidade de mercado. Sem livrar-se dessas dependências, o camponês permanece refém das contradições relacionadas, a exploração do trabalho, ao estranhamento e ao fetichismo da mercadoria.

É a concepção política do planejamento da produção que torna ou não o processo de resistência emancipatório. Se o camponês conseguir produzir de forma agroecológica, mas continuar ou ampliar a exploração de outros trabalhadores para atender sua necessidade de faturamento e portanto de aumentar seu lucro, manteve intacto os princípios de exploração do trabalho oriundos do modo de produção capitalista. Isso significa que somente encontrou um modo diferente de fazer a mesma coisa.

Se o agricultor fica dependente de alguma forma de atravessamento, para chegar até o cliente, sua dependência está estabelecida, mesmo que não seja de sua vontade ou intenção. É possível que um ou outro camponês conquiste mobilidade social por meio de seu espaço produtivo. Individualmente consegue superar as dificuldades e "vence", supera todos os problemas, achando que encontrou sua fórmula de sucesso. Porém, quando menos espera sofre as consequências da concorrência, muitas vezes vinda das mesmas origens que um dia acha que superou. Portanto a emancipação econômica dos espaços produtivos dos trabalhadores não pode ser um movimento solitário, deve ser construído de forma coletiva, caso contrário estará somente alimentando a máquina de moer sonhos fincada nos princípios desumanos do capitalismo, como afirma Wellen (2012, p.416), "não se pode humanizar aquilo que não tem coração". O fato transformador não está na produção, mesmo que tenha alto valor agregado, e sim, está na organização coletiva e a união da classe trabalhadora (MARX e ENGELS, 2010).

Mas, existem outras opções, uma delas é assumir a possibilidade de se organizar de forma diferente das duas opções anteriores, e portanto buscar, por meio do trabalho solidário, cooperado com seus iguais, ganhar autonomia no processo de organização econômica, ocupando mercados de forma sócio-referenciada, relacionando-se com seus

clientes e gozando do reconhecimento social de seu trabalho. Para tanto, o camponês precisa se apropriar do conhecimento e colocá-lo para agir a seu favor (SAVIANI, 2008). Os desafios para a formação para o trabalho dos agricultores camponeses serão discutidos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3 - LIMITES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DO HOMEM DO CAMPO

3.1. Formação para o trabalho ou adestramento?

Nas últimas décadas, foram desenvolvidos inúmeros projetos¹³ para levar formação para o homem do campo, seja por meio de iniciativas governamentais, seja por meio de intervenções de organizações privadas, ligadas ao processo de formação profissional, como o "Sistema S", entre outras, realizando um esforço para capacitar os trabalhadores rurais de acordo com as demandas de mercado atuais e futuras. Porém, como afirma Saviani (2008), o grande volume de conteúdo destinado aos trabalhadores diz respeito, via de regra, ao produzir mais e melhor. Nunca se desenvolveu tantos projetos destinados ao trabalhador do campo como em nossos tempos, mas basicamente o objetivo principal está engendrado no esforço de otimizar a força de trabalho para aumentar a produtividade, garantindo os padrões de qualidade exigidos pelos mercados.

Outra vertente tratada pela educação profissionalizante é a ideia de jogar a responsabilidade de "dar certo" para o indivíduo, oferecendo formação profissional para que o trabalhador se transforme em um "empreendedor". Para isso são oferecidos diversos tipos de formação, seja de forma presencial, seja em formato digital a distância. Como é o caso do PRONATEC, que tem como objetivo "democratizar a educação profissional e técnica, através do aumento do número de vagas, ampliação de instituições pelo país e bolsa de estudos aos interessados e facilitar o acesso ao ensino de qualidade para os brasileiros de todo o país. O programa foi criado pelo Governo Federal, em 2011, ampliando a oferta de cursos técnicos" (PRONATEC, 2015). Interessante que, no site do governo que faz publicização do Programa em questão, há vários cursos voltados para o campo, mas não necessariamente para o trabalhador camponês. Ao que parece o curso de Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia estão fortemente focados para a formação de trabalhadores para o agronegócio. Assim, é nítido o interesse governamen-

¹³ Durante as última décadas muitos programas foram destinados para a educação do trabalhador rural, entre eles, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 pelo governo federal. Saberes da Terra - Saberes de Minas que constitui-se no Programa Nacional de Educação de jovens e adultos, integrada com qualificação profissional para agricultores (as) familiares, criado em 2005, faz parte de uma Política Nacional (PROJOVEM-CAMPO) e foi implementado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, ligada ao MEC. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011 e atende os trabalhadores do campo com cursos profissionalizantes oferecidos por diversas entidades entre elas o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR.

tal de formar trabalhadores para o agronegócio, ao invés de construir uma política de formação para o trabalho que contenha, em suas diretrizes, elementos que efetivamente proporcionem condições do trabalhador camponês se fixar em sua propriedade ao invés de ser atraído pela proletarianização. Essa tendência é reforçada pela diferença já mencionada de investimento do Plano Safra 2015-2016 entre o agronegócio e a agricultura familiar e também pelos recursos destinados ao Sistema S, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), este último tem uma tendência explicitamente em formar pessoas para o agronegócio, tiveram um repasse de R\$ 187 milhões, para realizarem cursos profissionalizantes (BRASIL, 2015).

Assim, temos uma formação para o trabalho com conteúdos arrojados em sua proposta, mas com diversas incongruências em sua prática, pois disseminam a ideia de que o trabalhador deve ser responsável pela sua própria sorte no mercado, desde que tenha vontade própria, esforço para conquistar os objetivos e, se tiver "fé", será recompensado. No sistema educacional tradicional burguês estatal e no setor privado, ainda predominam idéias carregadas em afirmações vazias como a de "desenvolver uma nova cultura gerencial", ou ainda "desenvolver novos modelos tecnológicos", tendo como princípio um amontoado de adjetivos soltos à vontade de cada um como, por exemplo, presentes no Projeto Político Pedagógico do SEBRAE (2015): "ter um posicionamento crítico", ou "ser um vencedor".

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de liberdade. (SAVIANI, 2008, p.45).

Nesse sentido, o autor faz uma provocação muito pertinente ao processo de geração ininterrupta de dependência que os processos tecnológicos geram para a classe trabalhadora. À medida que o capital aprimora o desenvolvimento tecnológico, como desejo de consumo ou como ferramenta de trabalho, restringe o conhecimento de criação e desenvolvimento à propriedade privada. Inevitavelmente, cria o desejo de consumir. As dependências ocorrem no campo quando um agricultor precisa de consultoria permanente para a manutenção da inovação tecnológica ou da maquinaria para a produção. Mesmo que sejam disponibilizados cursos para a "qualificação" profissional sobre como

utilizar um trator computadorizado, o agricultor não terá o domínio da tecnologia de como se constrói um computador. Assim, a sua dependência para que o equipamento esteja sempre funcionando e aprimorado com novos acessórios, aumenta. Não se trata de colocar a obrigação de construir o trator nas costas do agricultor, mas sim de possibilitar ao trabalhador a condição de discutir e dirimir, com domínio do assunto, sobre a utilização, a necessidade, o valor do equipamento, entre muitos outros aspectos, afim de que não se transforme o agricultor em um apêndice da tecnologia.

O que é fundamental nesses processos de formação para o trabalho conectados na ideologia burguesa e valores predominantemente capitalistas, é a falta de clareza sobre a mediação realizada em relação aos fins que se pretendem chegar com a "educação profissionalizante", que é o adestramento, por meio de argumentos aparentemente "progressistas" ou "inovadores".

Como pode uma escola ser crítica se tem como métodos de ensino aprendizagem instrumentos parciais da realidade? Ser crítico passa pelo processo de tomada de consciência das relações e a partir daí, sim, agir com domínio da razão em sua amplitude. Seguindo a lógica, quando a escola incentiva o pensamento crítico, deve-se entender que os processos que acontecem no interior da instituição são direcionados para a emancipação humana, portanto o fato da exploração, da dependência e, em alguns casos, de servidão, devem ser questionados.

Caso contrário, o que se pretende com o que se escreve não se faz na prática. Analisemos o que diz o Projeto Político Pedagógico de uma escola do SEBRAE (2015, s/p) em Minas Gerais: "É importante destacar que a escola compreende a diferença entre informação e conhecimento no processo de aprendizagem. A informação é o conjunto de conteúdos com potencial para que o sujeito atribua sentido e dê um uso, extremamente volátil e constantemente atualizável". A questão aqui é saber de onde ou quem produz a informação original, ou seja, a informação se materializou do nada? Portanto, alguém originou a informação que será manipulada ou direcionada para construir o conhecimento.

Continuando com o discurso, o texto afirma: "o conhecimento é a informação que age sobre o sujeito, transformando e ampliando sua forma de ver o mundo. O sujeito tem contato com a informação e, ao agir sobre ela, significando-a, produz o conhecimento" (SEBRAE, 2015, s/p). Exatamente, é direcionando que se constrói o que deseja, pois, se desejar distorcer o futuro a seu favor, é só omitir ou mesmo reconstruir o passado, tornando assim, uma informação determinante para as decisões que serão tomadas

no presente. Assim age a escola que defende o pensamento hegemônico burguês para perpetuar a ordem e o progresso.

O texto amarra a sua intenção de manutenção da escola como um pilar fundamental para a consolidação do poder hegemônico em todas as áreas da atividade humana: "compreende-se que o conhecimento é produzido pela articulação entre o formato intencional, isto é, por meio da educação formal, sendo caracterizado por ser processado, organizado, armazenado e acessível, e entre o formato tácito, que é o conhecimento construído por vivências individuais e coletivas" (SEBRAE, 2015, s/p). Nesse sentido, pretende-se "encaixotar" os educandos com modelos padronizados, primeiro da informação recebida, que a princípio materializou-se em forma de intenção, e depois, padronizando e nivelando o conhecimento para o acesso de todos, desde que esse acesso seja autorizado por alguma relação de troca. Aí estabelece-se a ideia sobre a escola niveladora do desenvolvimento tecnológico, e quando isso ocorre, é para facilitar a vida do explorador, e não a do explorado (SAVIANI, 2008).

A ideia escrita muitas vezes contradiz o que está sendo planejado enquanto resultado do processo ensino/aprendizado. Por mais que tenha em seu Plano Político Pedagógico textos apontando para uma perspectiva crítica, só o fato de não fazê-lo a si próprio já descaracteriza a intenção de criticidade sobre o método. Assim, como entender de forma crítica a exploração do trabalho do outro em seu benefício? Como ser crítico quando o seu bem estar depende do processo de miserabilidade de milhares de pessoas, mesmo que estejam longe de seus olhos? Como ser crítico se o conhecimento da humanidade pertence ao mundo e, portanto, quem dominar o mundo manda no conhecimento e quem não manda no mundo será subjugado e condenado à marginalidade histórica? Como ser crítico se os conceitos de sustentabilidade defendidos pelos mesmo defensores dessa tal "criticidade", continuam a destruir regiões, culturas, pessoas mundo a fora?

Nesse sentido, eu posso ser profundamente político na minha ação pedagógica, mesmo sem falar diretamente de política, porque, mesmo veiculando a própria cultura burguesa, e instrumentalizando os elementos das camadas populares no sentido da assimilação desses conteúdos, eles ganham condições de fazer valer os seus interesses, e é nesse sentido, então, que se fortalecem politicamente. Não adianta nada eu ficar sempre repetindo o refrão de que a sociedade é dividida em duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, que a burguesia explora o proletariado e que quem é proletário está sendo explorado, se o que está sendo explorado não assimila os instrumentos pelos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração (SAVIANI, 2008, p.45).

O trabalhador camponês tem à sua disposição um grande leque de instrumentos de formação, produzidos em módulos, para que possa aplicar uma tecnologia, como exemplo, na produção de orgânicos, agregando valor para que alguma franquia arrecade esse novo valor gerado. Nas últimas décadas, as políticas governamentais direcionadas para os agricultores familiares estão cada vez mais se aproximando da ideia do grande negócio, portanto criando amarras subjetivas que iludem o trabalhador com um "futuro vencedor".

Na sociedade capitalista, a tendência é tornar [o saber] propriedade exclusiva da classe dominante. Não se pode levar essa tendência às últimas conseqüências porque isso entraria em contradição com os próprios interesses do capital. Assim, a classe dominante providencia para que o trabalhador adquira algum tipo de saber, sem o que ele não poderia produzir; se o trabalhador possui algum tipo de saber, ele é dono de força produtiva e no capitalismo os meios de produção são propriedade privada! Então, a história da escola no capitalismo traz consigo essa contradição (SAVIANI, 2013, p.66).

Então, quando se fala em transferir técnicas de comercialização para os trabalhadores da agricultura familiar camponesa, faz-se necessário ir muito além dos cursos que tentam instrumentalizar o trabalhador sobre técnicas de produzir com características de qualidade, que tenham aparência sintonizada com as exigências da classe média, ou ainda, técnicas de como sorrir para o cliente chato que faz perguntas sobre a quantidade de conservantes contidas no produto. É necessário dominar todo o processo de comercialização, começando pelo entendimento do papel do agricultor em qualquer sociedade, seus direitos como seres humanos, seu papel na questão agrária do país, passando pelas tecnologias organizacionais e de mercado, para aí sim poder de fato interferir em toda cadeia produtiva. Nesse sentido, é necessário um esforço muito grande para inverter as prioridades, não só na educação, mas nas garantias universais do desenvolvimento humano, garantindo uma educação libertadora e não exploratória.

Com efeito, assim como para se endireitar uma vara que se encontra torta não basta colocá-la na posição correta, mas é necessário curvá-la do lado oposto, assim também, no embate ideológico, não basta enunciar a concepção correta para que os desvios sejam corrigidos; é necessário abalar as certezas, desautorizar o senso comum. E para isso nada melhor do que demonstrar a falsidade daquilo que é tido como obviamente verdadeiro demonstrando ao mesmo tempo a verdade daquilo que é tido como obviamente falso (SAVIANI, 2008, p.48).

É muito comum nos programas de televisão apresentarem iniciativas de sucesso referente a um pequeno produtor rural que conseguiu transformar a sua propriedade em algo totalmente sustentável, fazendo de suas linhas de produção um sucesso nas prateleiras das lojas segmentadas no mercado de produtos orgânicos ou semelhantes. Também é muito comum encontrar, nas estradas do país afora, lojas estruturadas a partir de iniciativas das famílias rurais e que determinam uma referência de padrão de qualidade e aparência para a concorrência, quando se fala em pontos de vendas de produtos da roça. Nesses dois exemplos generalizados, pode-se inferir que nessas famílias é possível encontrar um dos

filhos, parentes ou mesmo o próprio agricultor, que é economista, administrador, advogado, engenheiro, agrônomo ou um profissional de marketing, e nesse sentido está o conhecimento que facilita a possibilidade dos negócios serem bem sucedidos. Além disso, é claro que as famílias de agricultores capitalistas tradicionais têm invariavelmente a condição de contratar assessorias específicas para auxiliá-los na tarefa de empreender, o que não é a realidade da agricultura familiar camponesa.

Essa é uma condição de ter acesso a conhecimento e tecnologia que deve ser dominada pelos trabalhadores da agricultura familiar camponesa. Dominar esses conhecimentos de mercado que estão embutidos nos conhecimentos acadêmicos e também nas relações práticas de mercado, é essencial para que avancem na melhoria das condições de suas vidas. Portanto, o processo de transferência de conhecimento vai muito além da sala de aula, é uma disputa que está posta há muito tempo na sociedade. O agricultor capitalista tradicional utiliza de todos os recursos possíveis para continuar como força hegemônica nas relações da sociedade e o trabalhador camponês, luta para se libertar das inúmeras garras encontradas nas ferramentas que os domina e oprime.

De acordo com Betanho et al (2013), o planejamento é o caminho mais seguro para a redução dos riscos de empreender. Segundo Favareto (2004), para espaço produtivos solidários, esse processo é ainda mais importante, posto que organiza a participação dos agentes internos, para que os ideais e valores solidários sejam traduzidos em princípios o

rganizacionais diferenciados e em produtos e serviços que traduzam-nos aos mercados.

No entanto, afirmam os autores, não basta planejar. É necessário acumular conhecimento para que se criem condições objetivas de “tirar o

planejado do papel”, e que se faça o devido acompanhamento crítico da implantação de todos os processos estratégicos na prática. É necessário entender o ato de empreender como um processo holístico, em que a tentativa-e-erro depura a aprendizagem para novos ciclos. Mas esses ciclos precisam ser devidamente sistematizados e analisados para serem compreendidos e superados, caso contrário se perdem os conhecimentos e, ao longo do tempo, esses espaços produtivos podem correr o risco de serem simplesmente “engolidos” pela lógica de mercado, ao qual eles ainda não têm nenhuma governabilidade (BETANHO et al, 2013).

Os trabalhadores que decidem ir além da produção e dominar outras etapas da cadeia produtiva, estão buscando construir processos permanentes de agregação de valor, mas o entendimento da lógica de mercado não é uma coisa que se aprende do dia para a noite. Mesmo que fosse, este não seria o único fator para resolver o desafio de superar o plantar para atender mercados. Como salienta o Relatório do PNUD (2007), por vezes afirma-se que os pobres são pobres porque são menos “empreendedores” e que optam por evitar investimentos de risco. A falácia desta idéia reside na confusão entre aversão ao risco e capacidade de inovação: à medida que as famílias se aproximam da pobreza extrema, tornam-se adversas ao risco porque os maus resultados podem afetar as oportunidades

de vida. Por isso a abordagem do capital social se torna essencial para fomentar condutas de reciprocidade e cooperação: individualmente, os agricultores não têm como fazer frente aos investimentos (de formação e financeiros) requeridos em relação à quantidade e qualidade de produtos, portanto na formação de ofertas no sentido mercadológico. No entanto, conjuntamente, podem ocupar espaços diferenciados de mercado, ou ocupar de forma diferente o mercado a depender das oportunidades (BETANHO et al, 2013).

Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer. Se o idealismo é aquela concepção que estabelece o primado da teoria sobre a prática, de tal modo que ela se dissolve na teoria, o pragmatismo fará o contrário, estabelecendo o primado da prática. Já a filosofia da práxis, tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então, a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas conseqüências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada. Isso nos remete à questão do método (SAVIANI, 2013, p.120).

É importante salientar que há um processo de construção do conhecimento envolvido nas relações e que necessariamente envolve os educadores como problematizadores sobre as práticas vivenciadas pelo educandos que, a medida que se envolvem e constroem consciência crítica, sistematizam o conhecimento para um processo emancipatório que se contraponha a ideia de adestramento promovida pelo tecnicismo (DUBEUX, et al, (2012).

3.2. Os processos de formação e dependências

Os agricultores, de uma forma geral, acabam dependendo das políticas do Estado e têm muita dificuldade em fazer a discussão sobre o que significa essa relação em termos de futuro, pois, sendo o Estado uma estrutura burguesa e que alimenta-se de relações de poder de classe que favorecem as elites, no momento em que essas políticas não interessarem mais às elites, como será a sustentação econômica dos espaço produtivos que não conseguiram criar meios autônomos de sobrevivência? Além da questão econômica, deve-se colocar em discussão os resultados conquistados pelos agricultores familiares que atendem às necessidades das elites e não da classe trabalhadora no sentido de garantir alimentação barata e com padrões de qualidade agroecológicos.

Ao mesmo tempo em que o camponês busca a superação de suas dificuldades para distribuir seus produtos, também produz uma infinidade de armadilhas no esforço de sobrevivência quando seu alvo é o mercado capitalista. Um dos movimentos que acontecem no sentido de gerar formas de sobrevivência está intimamente ligado a formação para o trabalho e, em especial a formação política para as lideranças.

Aqui cabe fazer uma pontuação a respeito de como se conduz esse processo. Enquanto assessores do CIEPS, chegamos a convicção de que a emancipação econômica das famílias camponesas passa pela capilarização do conhecimento como caminho para a formação da consciência. Por meio da apropriação do conhecimento e o entendimento de seu papel na sociedade, de sua história, é que será possível ao camponês estruturar os movimentos de resistência e caminhar no sentido da emancipação. Assim, em um grupo de camponeses, quanto mais trabalhadores tiverem essa possibilidade, mais condições favoráveis estarão disponíveis para tomar as rédeas de seu futuro.

Sabemos que é um desafio para os trabalhadores superar as dificuldades de formação e assistência técnica, pois cotidianamente se deparam com exigências cada vez mais complexas no que diz respeito ao processo autogestionário de seus espaços produ-

tivos, e também temos claro que é necessário combinar os processos educativos com perceptíveis melhorias nas condições de vida desses camponeses.

Os movimentos de resistência que almejam a emancipação humana acumularam um significativo acervo de conhecimento e experiências de formação, de assessoria técnica, nos processos culturais, de relacionamento político, mas temos claro que pontualmente existem muitos problemas a serem superados.

Durante essa convivência no CIEPS, nos processos de assessoria aos grupos incubados, foi possível perceber que há uma disputa entre os trabalhadores em relação a hegemonia política do próprio movimento. Assim, foi possível identificar um posicionamento de grupos que defendem a ideia de que não funciona a formação de replicadores de conhecimento, e para isso são apresentadas uma série de motivos empíricos e que não se comprovam como padrão real. Uma das reclamações das lideranças dos movimentos é que não funciona a lógica de passar informação para uma pessoa que depois irá repassar nas comunidades, porque a pessoa não terá competência para tanto, não terá tempo, e a mesma desenvoltura intelectual que os acadêmicos. O que está por trás desse ponto de vista é a clareza de que, quando uma pessoa ou um grupo de pessoas têm acesso a informação ela ganha espaço, inclusive para questionar a própria liderança. É fato que a formação leva o sujeito social ao primeiro passo da organização da resistência, que é a sua libertação enquanto indivíduo, assim, é visto como uma ameaça para as frágeis lideranças que, ou não percebem que o seu processo foi exatamente esse, ou têm a ciência disso, e trabalham para não perder seus postos de destaque na comunidade. Essa questão política é um dos elementos que compõem o campo das contradições dos trabalhadores camponeses na luta pela ampliação e busca da unidade da organização dos movimentos de resistência. Mas é um problema que deve ser enfrentado.

Portanto a inserção e a solidificação de princípios solidários, de práticas e saberes populares que apontem para a superação desses problemas são imprescindíveis na elaboração de propostas de formação para o trabalho desses camponeses, pois é por meios de práticas solidárias construídas nas relações políticas entre esses seres políticos é que se construirá o respeito as diversidades.

Esses conhecimentos que emergem da economia solidária se manifestam no enfrentamento dos problemas desde o chão do trabalho nos espaços domésticos, públicos e no território, considerando a multiplicidade de motivações e aspirações inditadas e simbólicas em prol de um mundo melhor e uma vida mais digna (DUBEUX, 2012, p.69).

Então é necessário que, nesse processo de disseminação de saberes, tenha-se a clareza de que se trata de grupos de trabalhadores que se sentem explorados e oprimidos e devem superar essas dificuldades com uma prática social que de fato seja solidária.

O documento que apresenta uma série de recomendações para os processos de educação na Economia Solidária, produzido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária

(SENAES) afirma que:

Resolução 74. “A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção (BRASIL, 2015, p.6).

Assim, percebe-se que a formação para o trabalho está ligada a desafios de superação de muitas condições relacionadas a valores impregnados na vida dos trabalhadores por muitos e muitos anos. Para superar essas condições, é necessário superar o individualismo, o espírito de competição e transformá-los em valores de fato solidários que sejam sólidos o suficiente para resistir a cultura hegemônica. É necessário a mediação das instituições, no caso o CIEPS, que promovam as trocas de saberes para assentar as bases de uma nova sociedade que tenha como princípio a participação dos trabalhadores como formuladores, promotores de seus destinos e beneficiários do desenvolvimentos conseguido.

3.3. Para além da formação profissionalizante

Ações educacionais oriundas de diversos matizes da sociedade transformam os trabalhadores, ao longo do tempo, por meio de políticas compensatórias ou assistencialistas. Transforma o explorado em explorador, quando economicamente passa a ser proprietário de bens ou mesmo de conhecimentos específicos; o excluído, em privilegiado incluso, quando consegue atingir graus de titularidade que o diferenciam dos ignorantes; e o oprimido, em opressor, quando chega ao poder de qualquer organização e barbariza seus subordinados hierarquicamente sem pudores ou códigos éticos urbanos.

Essa lógica da educação tradicional ensina valores, condutas e saberes que a sociedade capitalista julga necessários para a manutenção da ideia dominante, transforma o saber da humanidade em patrimônio privado, em objeto de desejo e muitas vezes de dominação, ao invés de libertar o homem para o futuro e suas relações de evolução coletiva. Talvez seja essa a grande dificuldade dos trabalhadores assentados da reforma agrária em manter as escolas rurais para suas crianças de forma efetiva e independente, ou seja, existe um movimento imperceptível para os cidadãos urbanos, mas real para aqueles que vêem suas escolas serem desmontadas e vilipendiadas sistematicamente durante décadas.

Em relação aos jovens e adultos, o conhecimento técnico de responsabilidade de diversas entidades privadas ou estatais que treinam os jovens com conceitos técnicos ferramentais para suas atividades, porém essa formação mecânica provoca uma dependência a medida que o trabalhador não detém o processo de desenvolvimento desse conhecimento científico, sendo apenas um replicador. À medida que necessita de novas práticas, tem que acessar novamente sua base de conhecimento para trabalhar, pois foi treinado a decorar e não a desenvolver. Portanto, a transformação dessa realidade necessariamente passará por processos de ensino aprendizagem que de fato transfiram as tecnologias científicas de desenvolvimento para os trabalhadores.

O trabalho na terra talvez seja um dos mais fisicamente desgastantes para o homem. A intensidade desse desgaste pode ser atenuada com equipamentos de última geração e com a exploração da força de trabalho em alta rotatividade, como os agricultores capitalistas o fazem, dada a disponibilidade de recursos. O infortúnio do trabalho na terra afeta o agricultor camponês sem recursos, que coloca sua saúde todos os dias em risco, tentando arar sua terra e ou colher sua produção debaixo de sol escaldante, na seca árida grosseira do cerrado. Essa realidade configura um cenário extremamente desanimador para qualquer jovem adolescente em relação ao seu futuro como agricultor. O pior que isso não é ficção, na maioria das famílias de assentados camponeses a possibilidade que isso ocorra é inevitável.

É fato que existe uma parcela de jovens que aderem a ideia de construir seu futuro no campo, porém que jovem não se encantaria com a possibilidade de ter a sua mão toda a tecnologia que vê na televisão ou na internet? Fazer com que os espaços produtivos dos trabalhadores agricultores camponeses sejam viáveis e sustentáveis significa também dizer que imprescindivelmente sejam atrativos e desejados pelos jovens.

Mas é possível, por exemplo, utilizar tecnologia na produção que suavize a vida no Campo, que facilite e amenize as durezas de se trabalhar sob sol e chuva. Além disso, criar caminhos para que os jovens se coloquem dentro de toda a cadeia produtiva e de forma solidária é a melhor possibilidade que se vislumbra para o futuro. Como exemplo, o MST tem escolas técnicas como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Josoé de Castro (ITERRA), em Veranópolis (RS), com cursos técnicos para jovens assentados em Administração de Cooperativas, técnicos em Saúde, técnico em Comunicação Popular e curso superior em Pedagogia, que possibilitam aos filhos dos camponeses terem um outro olhar sobre o trabalho no campo. Existem diversos cursos espalhados pelo país em Centros de Formação mantidos tanto pelo MST como em outras organizações políticas e universidades que se preocupam e destinam seus esforços para entender os gargalos do movimento entre eles o processo de comercialização.

A comercialização é um dos gargalos das produções dos assentamentos, e pode ser um dos pontos da cadeia de produção utilizados para criar novas expectativas e cenários de futuro para os jovens e, porque não dizer, também para os adultos e melhoria. A grande questão é superar a barreira do conhecimento, utilizando métodos que promovam a apropriação, dominação e subordinação de tecnologia a favor dos trabalhadores por meio de ensino e aprendizagem, estabelecendo parcerias com universidades, municípios entre outros, para solidificar as intervenções de formação que não sejam apenas tecnicistas e ferramentais. Concomitante ao executar ações de formação, é fundamental elaborar em conjunto com os próprios agricultores a memória do trabalho construída nesse processo, e que servirá de base para as próximas atividades de formação, acumulando conhecimento e transferindo para as próximas gerações toda a capacidade intelectual, cultural e social desses trabalhadores.

3.4. As dificuldades de formação para o trabalho

Podemos encontrar na literatura popular ilações sobre a roça, que é aquela construção de lugar ermo, cheiro de mato, estradas de terra, talvez um grilo ao fundo, homens maltrapilhos cavando a terra. Para outros tipos de literatura, pode ser a imagem do agronegócio, com um homem bem vestido controlando seu trator computadorizado remotamente por seu aparelho celular, enfim são abstrações construídas a partir de informações próprias de histórias de vida ou até mesmo formadas por lentes parciais de

sociedade induzidas pela indústria de conteúdo e disseminadas na sociedade pelos meios de comunicação. Essas construções não podem ser régua das experiências reais do trabalho rural. O imaginário construído pelas indústrias de geração de conteúdo, como a televisão, jornais, publicações etc, são construções parciais e ideológicas inseridas na sociedade para tamponar os conflitos e cooptar a sociedade, tentando diminuir as tensões e ao mesmo, tempo manter os ideais hegemônicos capitalistas da sociedade burguesa.

enquanto a burguesia era revolucionária, ela possuía interesse na verdade. Quando passa a ser conservadora, a verdade então a incomoda, choca-se com os seus interesses. Isso ocorre porque a verdade histórica evidencia a necessidade das transformações, as quais, para a classe dominante - uma vez consolidada no poder - não são interessantes; ela tem interesse na perpetuação da ordem existente (SAVIANI, 2013, p.86).

Durante as últimas décadas, muitas das famílias de camponeses organizaram-se em sindicatos, associações, cooperativas ou movimentos pela reforma agrária, sempre por meio de muita luta e, em muitos casos, disputas violentas. Essa situação ocorre desde meados do século XX, impondo uma necessidade de organização para conquistar o direito à terra para sobreviver. Historicamente, o conflito advém da trajetória do Brasil em sua configuração política/econômica de disputa, entre a burguesia agrária em franca decadência, e os empresários industriais, que emergiam na década de 1930. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a burguesia industrial tornou-se força hegemônica no país, ditando os caminhos econômicos que os governos das décadas seguintes seguiriam. Nesse processo de transição do eixo do poder político e econômico, os trabalhadores foram ou marginalizados ou explorados, como afirma Stédile (2005, p. 131):

O trabalhador rural, portanto, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo... Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esses excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental.

E a partir da exploração do trabalho no campo, estabelece-se uma prática de que o agricultor é primariamente um ser que utiliza a sua força de trabalho para simplesmente produzir sem que, ainda nesses primeiros momentos em que há uma mudança de mãos do poderio econômico, apareça a necessidade de dar a esse trabalhador qual-

quer tipo de formação, que não seja a de saber ler e escrever. Marx (1985) afirma que o trabalhador fica mais pobre à medida que é alienado em seu trabalho. Podemos inferir que essa lógica também seja válida em relação ao conhecimento: quanto mais o trabalhador tem dificuldade em acumular e desenvolver conhecimento, mais pobre fica, pois para sobreviver acaba submetendo-se ao trabalho explorado. A partir do momento em que se introduz a tecnologia, que ele desconhece, para aumentar a produção, sua força de trabalho passa a ser um apêndice de máquinas. Estabelece-se aí, o ponto de desumanização desse ser (MARX, 1985).

De acordo com Manacorda (2010, p.45)

A constatação de que a divisão do trabalho "enfraquece a capacidade de cada homem individualmente considerado" e comporta "o debilitamento e empobrecimento da atividade individual", Marx também a encontra nos economistas, mas é dele a definição histórico-dialética da divisão do trabalho como nada mais que "a expressão econômica da sociabilidade do trabalho na condição histórica da alienação humana", isto é, da propriedade privada.

Nesse sentido, além de ser desprezado no processo de desenvolvimento e transformação tecnológica do país, tem seu trabalho diminuído por um processo severo de alienação e sua formação delegada nos primórdios da proletarização do homem do campo, aos fazendeiros de "boa vontade", que implantaram escolas em suas propriedades, e de iniciativas governamentais que levaram o modelo de escola burguesa para o campo, ou a formação enquanto humano relegado a sua própria sorte, no caso daquelas famílias que conseguiram ficar unidas na terra e os filhos aprenderam a lida com os pais.

Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente (SAVIANI, 2008, p.5).

O trabalhador do campo enfrentou muitas dificuldades até conquistar o seu direito à fixação na terra, levando em consideração que poucas famílias superaram os problemas de produção, e ainda são mais raros os casos que conseguiram autonomia econômica, política e social. O camponês se vê obrigado a entregar sua produção para um atravessador, caso não queira ir para a cidade pedir esmolas ou na melhor sorte arrumar uma ocupação de auxiliar de produção ou fazer faxinas.

Vivemos numa ordem social na qual mesmo os requisitos mínimos para satisfação humana são insensivelmente ligados a esmagadora maioria da humanidade, enquanto os índices de desperdícios assumiram propor-

ções escandalosas em conformidade com a mudança da reivindicada destruição produtiva do capitalismo no passado, para a realidade, hoje predominante, da produção destrutiva (MÉSZÁROS, 2008, p.73)

O relevante é que a realidade para o assentado ou agricultor familiar camponês é dura, cheia de incertezas e fisicamente desgastante, porém pode-se afirmar que existem alternativas que levem a condição dos marginalizados para o patamar de dignidade social, como, por exemplo, Betanho (2008) aponta para os espaço produtivos que tiveram o apoio de algum grupo de pesquisa ligados a incubadoras ou universidades, e obtiveram êxito em sua organização. Mas ainda são experiências incipientes e localizadas. Assim, não podemos cair no "canto da sereia" do discurso burguês, que trabalha a questão da inclusão como solução para os problemas do trabalhador camponês, pois inclusão apenas do ponto de vista econômico, alicerçado nos valores burgueses do "vencedor", seria o mesmo que transformar o camponês no proprietário de um pequeno sítio que irá empregar e oprimir outros camponeses de sorte diferente.

...vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista. Para isso, ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e inculca-lhes durante anos a fio de audiência obrigatória "saberes práticos" envolvidos na ideologia dominante. Uma grande parte (operários e camponeses) cumpre a escolaridade básica e é introduzida no processo produtivo. Outros avançam no processo de escolarização, mas acabam por interrompê-lo passando a integrar os quadros médios, os "pequeno-burgueses de toda a espécie". Uma pequena parte, enfim, atinge o vértice da pirâmide escolar. Estes vão ocupar os postos próprios dos "agentes da exploração" (no sistema produtivo), dos "agentes da repressão" (nos Aparelhos Ideológicos de Estado) (SAVIANI, 2008, p.15).

Para construir uma alternativa de emancipação econômica para os trabalhadores camponeses, é necessário que os mesmos, após superarem as inúmeras dificuldades no processo de produzir, se organizem para ocupar outro lugar nessa história que é a conquista da autonomia, ou seja, a apropriação de todas as formas de dominar a cadeia produtiva em que a sua produção agrícola está inserida, seja ela para a alimentação ou geração de energia. Com essa lógica, é necessário dominar as técnicas que vão da preparação da terra, semente, adubação, plantio, colheita, e as duas atividades desafiantes, que são o processamento e a comercialização da produção.

Cada vez mais, portanto, aquela instrução que, originariamente, não é uma necessidade primária, mas um luxo inessencial, torna-se uma necessidade indispensável para a produção da vida. Efetivamente, mesmo a simples "manutenção" da sociedade atual - o que, considerado o seu dinamismo, é uma hipótese meramente formal - exigiria uma ampla par-

ticipação de homens técnica e culturalmente capacitados para o controle e promoção das suas atividades; mas a instabilidade tecnológica, as novas técnicas de que todos falam - cibernética, automação etc. - a inevitável necessidade de estabelecer previsões planejadas, exigem muito mais do que uma escola ou uma aprendizagem tradicionais (MANACORDA, 2010, p.29).

Melhorar de vida é a condição pretendida pelas famílias camponesas que pretendem viver de sua produção, seja no sentido de autossustento ou buscando melhorar a renda familiar, apenas com o esforço de sua produção. Assim, além de produzir produtos (por exemplo orgânicos), também busca-se conhecimento e meios para entregar essa produção diretamente para seus consumidores, criar relacionamentos duradouros com esses clientes e, na perspectiva de futuro não tão distante, iniciar o processamento mínimo de seus produtos. Como ressaltado por Manacorda (2010, p.41),

...pode-se concluir que se trata de medidas imediatas mas também futuras, ou seja, que não constituem indicação pedagógica contingente e limitada, mas permanente e com validade universal. Não é sem motivos que Marx havia indicado, na emancipação do proletariado, a emancipação de toda a humanidade.

Essa perspectiva se torna um desafio diário, porque não basta dar aos agricultores informações técnicas, pois serão apenas instrumentalizados, então é necessário voltar às origens e analisar como o trabalhador rural foi educado para o trabalho para entender o que de fato acontece na roça, ou seja, o camponês foi educado para ser um operador de meios para realizar a produção, e o fazendeiro para se apropriar do trabalho realizado. Então o agricultor, dentro da lógica hegemônica, sempre será um fornecedor, seja ele dono da terra ou não e, independente do que produza, vai pegar essa produção e entregar a outro para gerar e ficar com as riquezas.

Cabe aqui a discussão sobre os instrumentos ideológicos que os burgueses impõem sobre os agricultores, no sentido de fazê-los acreditarem piamente que sua vocação é trabalhar na terra, servindo o homem da cidade de seus produtos, e também se aproveitando do valor gerado da produção. Assim, a partir dessa postura ideológica, o homem do campo não deveria se aventurar a ser mais do que lhe foi destinado, ou seja, o agricultor não deveria dominar toda a cadeia produtiva em que está envolvido, pois da porteira para fora já não é mais de sua conta o que acontece com seus produtos.

Como aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. Cumpre assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da

força de trabalho dá-se no próprio processo de inculcação ideológica. (SAVIANI, 2008, p.21).

Trata-se de discutir uma educação diferente para o homem do campo, de forma que consiga superar a marginalização, pois enquanto a educação na cidade estiver preparando o filho do fazendeiro para ser patrão do camponês, nada vai mudar. Com esse olhar, é fundamental entender que a educação deve ser revolucionária, em primeiro lugar, pelos e para os camponeses, não pode ser igual porque as demandas são muito diferentes, mas não pode ser outra educação, porque nos relacionamos na mesma sociedade.

A prática política apóia-se na verdade do poder; a prática educativa, no poder da verdade. Ora, a verdade (o conhecimento), nós sabemos, não é [desinteressada. Mas nós sabemos também que, numa sociedade dividida em classes, a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade já que isto colocaria em evidência a dominação que exerce sobre as outras classes. Já a classe dominada tem todo interesse em que a verdade se manifeste porque isso só viria a patentear a exploração a que é submetida, intando-a a se engajar na luta de libertação. Eis o sentido da frase "a verdade é sempre revolucionária (SAVIANI, 2008, p.70).

Gramsci (1976, p.101) afirma que, "para o proletariado é necessário uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter". Deve haver uma interface que faça a interlocução, garantindo que um homem educado não subjuguie outro homem, pelo tipo de educação recebida, ou por nenhuma outra condição.

Ocorre que a história vai evoluindo, e a participação política das massas entra em contradição com os interesses da própria burguesia. Na medida em que a burguesia, de classe em ascensão, portanto, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder, os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade; ao contrário, os interesses dela coincidem com a perpetuação da sociedade. É nesse sentido que ela já não está mais na linha do desenvolvimento histórico, mas está contra a história (SAVIANI, 2008, p.33).

Os processos de transferência de conhecimento acabam nivelando os trabalhadores até o ponto em que haja um certo controle, disponibilizando democraticamente o conhecimento, mas fragmentado de forma que o trabalhador não consiga juntar as peças para dar o passo seguinte, que é usar esse conhecimento para se libertar.

Nesse sentido, Saviani (2008) afirma a necessidade de construir processos de transferência de conhecimento para que o trabalhador se aproprie e domine as ferramen-

tas que são utilizadas pelo capitalista como forma de dominação. O trabalhador camponês deve dominar todas as tecnologias disponíveis para seu trabalho e superar o instrumental que o explora, assim pode buscar de fato emancipação econômica, social e passar a determinar sua própria história.

A nossa época da crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

Manacorda (2010) traz para a luz a discussão sobre a educação omnilateral, que segundo o autor, deflagra o processo de emancipação humana em todos os sentidos e direções, possibilitando ao trabalhador não só se apropriar das tecnologias, como também poder gerá-las a partir de suas experiências e conhecimento acumulado. Este será o objeto de desenvolvimento do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO OMNILATERAL

4.1. Uma experiência de intervenção

No capítulo 1, foi apresentada a Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU), e seus desafios de produzir e comercializar hortifrutis orgânicos, na lógica coletiva e solidária.

Como visto, as técnicas que envolveram a formação no processo de incubação não foram suficientes para transferir conhecimento de estratégias de comercialização, pois as questões emergenciais foram mais relevantes. Porém, ficou claro para as famílias que resistiram, a necessidade de planejar suas ações e de entender como esse mercado funciona e como devem se preparar para novas iniciativas. Essa pequena experiência apontou que a transferência de conhecimento, no caso da produção/comercialização, é mais complexa do que a implantação de ações de formação modulares.

É necessário planejar interferências pedagógicas que coloquem esses indivíduos como o objeto principal de desenvolvimento de sua própria história, resgatando as experiências de vida de cada um e associando ao conhecimento existente e necessário para sua emancipação. Ficaram como propostas para os anos seguintes a reorganização interna da Associação, a implantação de um processo de Planejamento Estratégico que alie a necessidade de organizar as ações de produção e comercialização com a transferência de saberes técnicos, sociais, econômicos e políticos, e implantar um processo de ensino-aprendizagem para todas as famílias dos trabalhadores, que gere uma produção imaterial de sua história.

No entanto, não se deve imaginar que a emancipação econômica acontecerá apenas com a apropriação de meios de produção ou a dominação tecnológica pelos trabalhadores. A questão vai muito além do ter, e deve perseguir o saber fazer, o saber compartilhar, e saber aprender. Assim, quando nos referimos à questão da emancipação, temos que imaginar uma sequência de emancipações acontecendo ao mesmo tempo, ou em sequência umas das outras, para que seja possível garantir as transformações.

Saviani (2008) propõem um método para esse processo de ensino-aprendizagem:

Assim, se fosse possível traduzir os métodos de ensino que estou propondo na forma de passos à semelhança dos esquemas de Herbart e de Dewey, eu diria que o ponto de partida do ensino não é a preparação dos alunos, cuja iniciativa é do professor (pedagogia tradicional), nem a atividade, que é de iniciativa dos alunos (pedagogia nova) O ponto de partida seria a prática social (primeiro passo), que é comum a professor e alunos. Chamemos a esse segundo passo de problematização. Trata-se

de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar. Digo transmissão direta ou indireta porque o professor tanto pode transmiti-los diretamente como pode indicar os meios pelos quais a transmissão venha a se efetivar. Chamemos, pois este terceiro passo de instrumentalização. Obviamente, não cabe entender a referida instrumentalização em sentido tecnicista. Trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem (SAVIANI, 2008, p.56).

Nos processos de formação elaborados de forma conjunta entre a academia e os movimentos populares, essa ponderação do autor faz todo sentido, pois mesmo fazendo política na prática existe um acordo tácito entre as partes de cooperação, além é claro do compromisso também recíproco, no entendimento enquanto classe.

A mais superficial das análises põe em evidência que a relação política se trava, fundamentalmente, entre antagônicos. No jogo político defrontam-se interesses e perspectivas mutuamente excludentes. Por isso em política o objetivo é vencer e não convencer. Inversamente, em educação o objetivo é convencer e não vencer. O educador, seja na família, na escola ou em qualquer outro lugar ou circunstância, acredita estar sempre agindo para o bem dos educandos. Os educandos por sua vez, também não vêem o educador como adversário (SAVIANI, 2008, p.66) .

4.2. Os desafios, a superação e o presente

O aprendizado de outras técnicas, tanto de produção como comercialização, dependem do entendimento do seu papel do camponês na competição de mercado em que está se inserindo. Ficou entendido pelos mandaleiros que é preciso dar alguns passos para trás, no sentido de rever a construção de trabalho cooperado. Também ficou constatado para a equipe de assessores da Incubadora, que deve-se investir em formação para esses trabalhadores, aliando todo o conhecimento técnico, direcionando os esforços de organização da produção com o viés crítico para entender a realidade economia, social e política dessas famílias.

A redução do número de famílias envolvidas, nesse momento de desenvolvimento do trabalho cooperado, proporcionou um entendimento geral mais afinado, gerando uma cristalização dos ideais e possibilitando a visualização de um cenário de futuro comum para a Associação. Os avanços na transferência de conhecimento específico para a comercialização, como conceitos de marketing e gestão da produção, foram tímidos. Mas, muitas das barreiras conceituais em relação a esses conhecimentos que tiveram contato ao longo desse período foram superadas. As contradições encontradas nos relaciona-

mentos e nas ações foram muito ricas e será de suma importância para a construção do conhecimento desses trabalhadores em questão o resgate pontual de cada uma das dificuldades e avanços realizados.

Do ponto de vista da gestão alcançaram um avanço muito importante ao serem os primeiros produtores do Triângulo Mineiro a serem certificados pelo Ministério da Agricultura como um Organismo de Controle Social (OCS), autorizado a vender produtos orgânicos diretamente ao consumidor.

Especificamente sobre o processo de transferência de conhecimento nas áreas de Marketing e Gestão da Produção, o grupo de pesquisa está apenas engatinhando, procurando a melhor metodologia para contribuir de forma efetiva na história desses trabalhadores camponeses. A experiência apontou que a adoção de métodos convencionais de ensino-aprendizagem apenas reproduziu uma situação que levou esses trabalhadores ao ponto inicial de suas histórias, ou seja, podemos até mudar alguns personagens, mas a história de exclusão será a mesma para outras gerações. É fundamental trilhar um caminho que, além de transferir conhecimento científico, também proporcione amplas condições de tomada de consciência para esses trabalhadores camponeses. Eles só estão nessa situação porque, em algum momento da história, seus antepassados foram excluídos em detrimento da sobrevivência da ideia dominante. Continuar a reproduzir esse modelo é o mesmo que se conformar que as diferenças de classes que vivemos estão dadas para todo o sempre e para todo o sempre será. É preciso romper com isso.

No entendimento tanto do CIEPS, como das famílias da AMU, os ideais da Economia Popular Solidária são a orientação para essa transformação em relação aos comportamentos e relacionamentos com os mercados, e que a medida que se aproxime de uma pedagogia crítica serão conquistados avanços significativos num futuro bem próximo.

O tema do trabalho, que procuramos considerar em toda a sua contradição fecundidade nos textos marxianos, para melhor determinar sua possível função de conteúdo no processo de ensino do futuro, requer ser completado com uma investigação sobre a pessoa e sobre a perspectiva do seu desenvolvimento, definido por Marx como onilateral, realizado justamente sobre a base do trabalho, ou melhor, da sua atividade vital. E já vimos que a onilateralidade é considerada objetivamente como o fim da educação (MANACORDA, 2010, p. 83).

Se Marx e Engels (2011) falam sobre a questão de formar um novo homem, que tenha nas suas realizações a totalidade do conhecimento acumulado, é fundamental superar as formas a partir das quais a educação tradicional acorrenta os trabalhadores na

divisão do trabalho. A escola, e portanto a formação para o trabalho, são conseqüências da divisão do trabalho e com isso o conhecimento profissional do trabalhador também é fracionado. Assim, se algum projeto social deseja interferir nesse processo de formação, não pode de forma alguma reproduzir o conhecimento de forma modular tecnicista, que apenas treine o trabalhador com conhecimentos específicos, pois estará apenas reforçando a ideia hegemônica de dominação. Então, se o trabalhador continuar na condição de alienado, e empobrecendo à medida que cria valor para o terceiro, a formação que recebeu, por mais que tenha um discurso progressista, acaba sendo de forma tácita submisso e conciliador, acreditando no poder de quem domina os instrumentos de poder econômico e impõem ao trabalhador mais estranhamento de sua humanidade.

Manacorda (2010, p. 93), citando Marx (1958), afirma que,

A ideologia alemã repete: só os proletários do tempo presente, completamente excluídos de toda manifestação pessoal, estão em condições de atingir sua completa e não mais limitada manifestação pessoal, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento, por estas condicionado, de uma totalidade de faculdades. Mas também a sua rebelião, se permanece no âmbito do modo de produção existente, se não se funda sobre uma força produtiva revolucionária, conservará apenas o "desumano".

Uma das posições interessantes reveladas ao pesquisador em conversas de trabalho com os agricultores é a constatação do desejo que um agricultor manifestou sobre o futuro de seu filho. Ele deseja que o filho seja o gestor da sua propriedade. Quando questionado sobre quem vai plantar, a resposta não surpreende, ou seja, na sua projeção de futuro, o filho irá contratar "mão de obra" que estiver disponível. É pertinente a discussão sobre a questão estética em relação a como o próprio trabalhador se vê numa perspectiva de futuro, como se olhasse num espelho e enxergasse não a si próprio, mas a imagem de um ser que aprendeu a admirar, e almejar. Nesse sentido perde a referência de sua existência para colocar no lugar uma outra existência bem sucedida e aceita pelo meio em que convive.

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em conseqüência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2010, p. 96).

Não se trata de saber se o homem chegou na Lua, e sim saber que pode-se ir à Lua sem ter que pedir permissão a ninguém. Nesse sentido, todo esforço realizado para pro-

porcionar caminhos para resistir ao modelo dominante e procurar a emancipação das famílias de agricultores camponeses, com o propósito de rompimento das relações hegemônicas, sejam elas sustentadas pelos governos burgueses, seja por imposições capitalistas de mercado, e a superação da exploração e do trabalho alienado, reproduzido pelos próprios trabalhadores, muitas vezes sem consciência histórica. Para isso, um passo importante é dominar toda a tecnologia que nos rodeia, compreendê-la e subordiná-la às vontades dos movimentos revolucionários pela educação para o trabalho na sua plenitude.

4.3. Politecnica e educação omnilateral

A formação para o trabalho e no trabalho que tenha desde os princípios da formação do filho do trabalhador a ligação com o fazer, o saber e o pensar, deve ser ampla dentro do conhecimento acumulado pela humanidade e por fim, evitando a fragmentação do saber.

De acordo com Tonet (2012, p. 73), há uma ideia disseminada em nossa sociedade de que os trabalhadores devem ter acesso aos direitos enquanto cidadãos e portanto a educação deve ser direcionada para gerar sentimento de cidadania às classes populares. O autor alerta que essa ideia é uma ilusão burguesa, criada para dar a sensação de que os ideais democráticos tornam os homens livres autênticos sujeitos da história. Essa conquista da cidadania é apenas uma forma limitada, parcial e alienada de liberdade.

A emancipação humana, ao contrário, por estar fundada no ato do trabalho mais livre possível, que é o trabalho associado, representa o espaço onde os homens podem ser efetivamente livres, onde eles podem realizar amplamente as suas potencialidades e onde podem, de fato, ser senhores do seu destino. Daí porque entendemos que a emancipação humana deve ser colocada claramente como fim maior de uma atividade educativa da perspectiva do trabalho (TONET, 2012 p.73)

Portanto, a partir da inspiração em Marx e Engel (2011), entendemos que a educação deve formar o homem integral, a formação deve ser voltada para a amplitude das necessidades humanas, sem que isso se transforme em uma mercadoria em nenhuma hipótese. O desenvolvimento de todas as capacidades dos seres humanos depende do acesso irrestrito ao saber historicamente produzido pela humanidade, desde os primeiros dias de um ser humano na escola, no processo de alfabetização, até o domínio dos processos científicos e tecnológicos desenvolvidos até os nossos dias. Essa formação deve ser balizadora da capacidade física do homem, proporcionando um desenvolvimento de

suas potencialidades físicas de forma saudável e com amplas condições de viver suas vidas e também de forma articulada com a formação espiritual e com a formação para o trabalho em todas as suas formas e possibilidades. Gradativamente, deve inserir a criança no mundo do trabalho, na medida que ela tenha o contato com todas as facetas do que seja o trabalho, desde o esforço físico para produzir um hortifruti, e disponibilizá-lo numa gôndola de supermercado até as exigências para se formular uma receita de um conservante natural. Fazer com que a criança cresça inserida nos processos de trabalho, e que tenha a ampla noção das relações de exploração que acontecem no mundo capitalista, justamente para que seja possível construir uma alternativa diferente para a transformação e emancipação humana.

Ainda sob inspiração de Marx e Engels (2011), a escola deve ser financiada pelo Estado mas que se coloque como uma escola pública, de todos e para todos e gratuita, laica, e que tenha seu conteúdo discutido pelo coletivo da sociedade e não por burocratas do Estado que acreditam dominar a verdade e que podem impô-la para os trabalhadores. Então, a educação deve ser bancada pelo Estado mas que os conteúdos sejam colocados e administrados pelo público, pela comunidade escolar envolvida, e que possibilite a formação crítica, libertadora de futuras gerações.

É fundamental desenvolver os princípios comunitários, em contraponto aos valores de competição entre as pessoas, e que promovem o individualismo e os sentimentos mesquinhos. Assim, promover a ajuda mútua entre as pessoas, e deve ser um projeto da comunidade envolvida, feita para e por ela com todas as suas características respeitadas, nesse sentido o trabalho como princípio educativo e que seja formativo ao longo de sua vida, não como princípio exploratório. Tonet (2012) afirma que:

Trata-se de direcionar tanto teoria como as práticas pedagógicas no sentido da emancipação humana e não no sentido do aperfeiçoamento da democracia e da cidadania.. Deste modo, não se trata de lutar apenas pelo acesso universal ao patrimônio acumulado do saber. Para além disso, é preciso fazer a crítica desse saber e permitir a aquisição de um conhecimento de caráter revolucionário (TONET, 2012, p. 62-63).

A proposta para a construção de um coletivo de formação para o CIEPS tem a orientação na necessidade de pensar numa lógica de formação que tenha dois eixos fundamentais, ou seja, um de técnica, que possa transferir saberes acumulados em todas as áreas possíveis da universidade, que possibilite a apropriação dos conhecimentos, habilidade e valores aos trabalhadores, e outro eixo alicerçado na formação política ampla e que possibilite a formação da consciência de classe, que seja participativa e representa-

tiva das lutas sociais dos trabalhadores e que ambas tenham a articulação entre prática e teoria.

Assim pretende-se valorizar os saberes locais acumulados pelos próprios trabalhadores contextualizando no tempo e no espaço condições viáveis para a realização de trocas desses saberes. É fundamental valorizar o acúmulo de saberes, a diversidade e pluralidade existentes no interior dos movimentos de resistência, pois são características que separam as diferenças, sem deixá-las de lado, mas convergindo para os pontos que há unidade e possibilidades de ação conjunta para superar determinada dificuldade.

Entende-se como princípios do percurso formativo para a Incubadora, que o território é o ponto de partida para realizar uma imersão na realidade, que a investigação é fundamental para a construção e produção de conhecimento. Esse processo depende da indissociabilidade entre a teoria e prática que envolva os formadores, a comunidade e as organizações autogestionária dos trabalhadores, promovendo os momentos de formação alternados em tempos presenciais e experimentações formativas junto com a comunidade envolvida (BRASIL, 2015d, p. 12).

CONCLUSÕES

Nossa principal tarefa, enquanto Incubadora, enquanto formadores, é promover a problematização e participar das mediações que acontecem nas relações de ensino-aprendizagem juntos aos movimentos sociais dos trabalhadores. Articular as demandas técnicas a enfrentar, levantadas pelos movimentos, e dialogar com o conhecimento acumulado pela universidade, fazendo com que isso seja feito junto, ao mesmo tempo com as demandas e lutas sociais, é o papel do pesquisador que alia pesquisa, ensino e extensão na pesquisa-ação.

Os trabalhadores que pretendem caminhar pela organização da autogestão e procuram o CIEPS para conseguir ajuda nessa tarefa, acabam fomentando a discussão sobre o papel que a Universidade Pública tem de intervir nas relações sociais e no apoio à formação de grupos que pretendem, mesmo que de forma empírica, contrapor-se ao modelo capitalista hegemônico.

Ressalta-se que o modelo de escola, seja ela em que nível for, é um instrumento de Estado e, em nosso caso, um Estado burguês, que coloca a educação como reforçador das relações sociais, reproduzindo os valores, conceitos, costumes e cultura de uma sociedade construída pelos valores capitalistas. Portanto, quando os movimentos sociais de trabalhadores ocupam espaços dentro da Universidade Pública, como é o caso da Incubadora, para questionamento e até mesmo para a construção de alternativas de resistência, é possível inferir que a própria escola pública está em disputa.

Essa disputa acontece em todas as esferas da vida em sociedade, e está intimamente relacionada à necessidade de a classe trabalhadora se libertar das armadilhas historicamente construídas por meio da força bélica, como enfatiza Mészáros, ou mesmo pela força da retórica dos formadores dos conteúdos distribuídos pelos meios de comunicação; e também, porque não dizer, dos conteúdos ensinados nas escolas.

Quando discutimos a emancipação humana, temos que ter uma leitura objetiva do que isso significa na prática, pois para que isso ocorra é necessário acontecer uma série de emancipações anteriores, como a emancipação econômica ou política, e ações que provoquem a efetividade da superação das dependências. Então, o que de fato está ao alcance de nossa intervenção é justamente fomentar os movimentos de resistência para que ganhem longevidade e força ao longo do tempo, na construção de novas relações e na recepção de novos sujeitos sociais que vão aderindo à proposta com a formação da própria consciência. Assim, quando se promete ou se almeja a emancipação, é necessá-

rio cuidado ao colocar essa perspectiva para que não seja uma armadilha que nos leve ao campo da utopia.

Superar o individualismo nas relações entre os trabalhadores é essencial na construção de novas relações sociais. É bastante factível que a superação dessa relação perversa das pessoas em sociedade, no sentido de se diferenciar uns dos outros pelo sentimento de posse, passa necessariamente pela capacidade que essa sociedade tem em gerar mecanismos de despertar de consciências. Parte desses mecanismos está ligada ao processo de formação para o trabalho cooperado. A formação histórica desses seres sociais não pode ser entendida como uma tarefa que será resolvida de forma rápida ou tranquila. É necessariamente uma questão de disputa de interesses de classe. Nesse sentido, a perspectiva de um mundo melhor, justo e fraterno, não pode ser abstraída apenas como uma construção teórica. Devemos praticar ações afirmativas dia após dia, que conquistem as autonomias e, posteriormente, criem a capacidade de organização de classe necessária a defendê-las.

Em relação aos objetivos estipulados neste trabalho, podemos inferir que os limites enfrentados pelos trabalhadores da agricultura familiar camponesa estão ligados a superação de problemas diretamente relacionados ao individualismo, ao desconhecimento de técnicas de produção, a falta de unidade nas ações e sua perenidade. Em relação aos desafios, impõe-se a construção de processos de formação que vão para além do tecnicismo e proporcionem o desenvolvimento de uma consciência que fortaleça o trabalho cooperado. Talvez esse seja o maior desafio para avançar na produção e conseguir melhorias nas condições de vida.

As experiências que vivenciamos com os processos de incubação são muito ricas em oferecer argumentos e vivências que se contradizem o tempo todo. É uma experiência de mediação e construção de saberes que deve ser analisada, aprofundada e compartilhada, para que os principais sujeitos dessa história possam fazer parte dela, não somente como objeto de estudo, mas como sujeitos transformadores de suas próprias histórias. A superação das dificuldades e das contradições passa necessariamente pelo processo de fazer, ensinar e aprender, construção essa que só se realiza verdadeiramente nas práticas conjuntas.

Podemos inferir que as dificuldades que os trabalhadores camponeses enfrentam desde o dia em que nascem, são determinantes para a concretização de suas realidades presentes de vida, nessa sociedade capitalista preconceituosa e injusta. Resistir à ideia de que nasceram para servir e devem morrer tentando, mesmo que isso vá de encontro

com a sua natureza humana, deve ser a regra. O desafio consiste em interpretar e agir no âmbito das relações sociais no intuito de criar alternativas comuns para eliminar de nossas relações ideias de que exista uma condição de inferioridade entre seres humanos e que não é uma situação normal ou metafisicamente determinada a ser assim.

Assim, os trabalhadores da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia - AMU, representam um pequeno recorte das dificuldades que estão colocadas e os caminhos para superar o modo de produção capitalista para a proposta de fazer mercados.

Fica evidente para o pesquisador de que estamos trabalhando, enquanto educadores, com trabalhadores e trabalhadoras que ainda estão lutando para garantir o sustento de suas famílias, e portanto, a perspectiva revolucionária fica em segundo plano, mas nunca deve ser colocada longe das prioridades na construção de uma sociedade não capitalista.

Nesse sentido ressalta-se a importância de fortalecer os movimentos de resistência que ainda não desistiram de lutar pela Reforma Agrária e por modos alternativos de produção, como a agroecologia, em nosso país, pois mesmo que seja fato o avanço dos movimentos em diversas áreas, ainda existem questões ligadas à terra que estão longe de serem superadas.

Os sentimentos e percepções a respeito das relações em nossa sociedade, que são baseadas em valores individualistas, de vencedores, de acúmulo de riquezas, do achar normal explorar um ser humano para tornar a sua vida melhor, enfim, uma série de significados devem ser combatidos. E, para fazer esse embate, os movimentos de resistência, construídos pelos trabalhadores, são o caminho para superar as sociedades capitalistas e construir novas realidades a partir dos princípios socialistas.

A emancipação humana deve ser finalidade de todas as ações em nosso dia a dia enquanto formadores, e para que isso não seja confundido com a ideia de que somente basta ter acesso a direitos dentro de uma sociedade de consumo, é fundamental que essa prática seja construída por meio da participação engajada, consciente e de ações afirmativas para a manutenção e novas conquistas.

Nesse processo, é necessário pontuar a diferença que está escondida nas ações "progressistas" que utilizam de retórica para confundir processos democráticos inclusivos que se contentam com a ideia de cidadania, construída e alimentada pelos instrumentos burgueses, que apenas criam sensação de autonomia, mas que no fundo são fáctóides frágeis de realidade e que escondem, em suas entranhas, prática reforçadoras dos valores e costumes hegemônicos. Construir emancipação humana vai muito além de

incluir um ser humano no processo de direito ao consumo ou o direito de ser um "empreendedor", por exemplo.

O papel da educação para o trabalho nesse processo é de extrema relevância e deve ser valorizado por todos. Só teremos uma sociedade mais justa se a ideia de mundo justo, defendida pela lógica da sociedade burguesa, começar a ser desconstruída e for construída a partir dos processos revolucionários da classe trabalhadora, sejam eles nas escolas, nas praças, nos locais de trabalho, nos teatros, enfim, em cada lugar que tiver a necessidade de ter uma intervenção humana.

Algumas limitações apareceram durante o processo de construção desta dissertação. Conhecer com mais propriedade a realidade de outros movimentos de resistência com certeza trará mais elementos que ajudarão a construir novas sínteses que servirão de contribuição aos movimentos. Fica bastante claro para o pesquisador que este tema será alvo de incessante dedicação para aprofundar o conhecimento sobre o que os "gigantes" Marx e Engels deixaram de contribuição.

O aprofundamento nos processos educacionais e a relação com a apropriação de conhecimento técnico, articulado com a formação política por parte dos trabalhadores, ainda é um desafio, que convictamente fará parte de novos estudos, com foco nas relações solidárias entre categorias profissionais, entre regiões de nosso continente e condições socioeconômicas distintas.

Os gargalos enfrentados pelos trabalhadores que pretendem ir além da produção e desejam romper com a lógica hegemônica que lhes condiciona a aceitar apenas o mínimo, devem ser alvo do aprofundamento de estudos e intervenções multidisciplinares, articulados e mediados pelo processo de incubação e parcerias com os movimentos sociais emancipatórios da classe trabalhadora.

Esses movimentos necessariamente passam pela disputa do modelo de escola que queremos, tanto para nossas crianças, quanto para a formação para o trabalho do agricultor adolescente ou adulto. A ideia de se ter um espaço formativo que tenha em seus fundamentos o aperfeiçoamento do ser humano, em todas as suas dimensões, é vital para a classe trabalhadora. Para os agricultores camponeses, e para a sociedade, essa escola pode se constituir em espaço para aprofundar a discussão sobre o que está sendo produzido, para quem e por que estão produzindo alimentos de características mais, ou menos, saudáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AGÊNCIA MANDALLA. Site institucional. Disponível em: <http://www.agenciamandalla.org.br/modules.php?name=FAQ&myfaq=yes&id_cat=1&categories=Mandalla>. Acesso em: 24 abr 2011.

ALVES, Alvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético**: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BETANHO, Cristiane. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST**: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BETANHO, Cristiane; GEARGEOURA, Lucien. J.; GIAROLA, Eduardo; FERNANDES, J. Eduardo. Os agricultores familiares assentados estão preparados para “superar o plantar” e “passar a produzir” ofertas para os mercados? Desafios para os membros da associação dos mandaleiros de Uberlândia. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **ENEM - Apresentação**. Internet: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em 23set2015a.

BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Importante para o desenvolvimento dos municípios e dos agricultores familiares**. Internet <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-suasa/importante-para-o-desenvolvimento-dos-munic%C3%ADpios-e-dos-agricultores-familiares>. Acesso em 20jul2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. **O que é o Pronatec?** Internet, <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>. Acesso em 25jul2015c.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Recomendações nº 08 de 04 de Julho de 2012. **Diretrizes Políticas metodológicas para a Educação em Economia Solidária**. Internet, <http://acesso.mte.gov.br/geral/publicacoes-economia-solidaria.htm>. Acesso em 10set2015d.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Ru-

rais. Brasília, 24 jul. 2006. Acesso em 22set2015: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm.

CARDOSO, Lucimeire de Fátima; CLEPS JR, João. A luta pela terra no Triângulo Mineiro: reflexões a partir do assentamento Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG).

XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: 2010.

CARVALHO, Igor. Mudança garantiu avanços nacionais em termos de inclusão, mas São Paulo ainda se recusa a estabelecer ações afirmativas para negros, pardos e indígenas. **Revista Fórum Semanal**. 14/03/2014. Internet: <http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras>. Acesso em 09set2015.

CASTRO, César Nunes de; RESENDE, Guilherme Mendes; PIRES, Murilo José de Souza. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In RESENDE, Guilherme Mendes. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

COSTA, Josimar Souza et al. **Tecnologia Social à Luz da Teoria Sociotécnica: O Caso do Projeto Mandalla no Ceará**. 2014.

DUBEUX, Ana, et al. Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos. In, DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley, (Org). **A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste**. Recife: F&A Gráfica e Editora, 2012.

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-ações: ciência, desenvolvimento, democracia**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

FAVARETO, Arilson (org). **Planejando Empreendimentos Solidários**. São Paulo: CUT/ADS, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Revista Nera, n. 1, 2012.

FERNANDES, J. Eduardo; BETANHO, Cristiane. Transferência de conhecimentos em comercialização: desafios para a sustentabilidade da associação dos mandaleiros de Uberlândia (MG). 6º CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 19/05/2014 até 22/05/2014. Belém PA, 2014.

FRANÇA, Robson Luiz de; PREVITALLI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. Trabalho e educação: a formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. Revista HISTEDBR On-Line, v. 9, n. 35, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. 2002. Agência de desenvolvimento solidário. Disponível em: www.ads.org.br, 2005.

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Vol. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil - 1971. In, STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate da esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005

IBGE. **Cidades**. Internet: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 20ago2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: 2009.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. 12ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAGEA. Laboratório de Geografia Agrária. DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2013 - Minas Gerais**, 2014

LAMARCHE, Hugues (coord). A agricultura Familiar: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998

LIMA, Sharon Tosh Schievano. Iniciativas de Economia Solidária: um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2006.

LUCENA, Célia T. **Artes de lembrar e inventar: (re) lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

LUKÁCS, Gyorg. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Tradução: Ivo Tonet. Campinas:[sn],[1995] Mimeografado, 1981.

LUCENA, Carlos, SILVA JR, João dos Reis. O tempo, o trabalho e o ser social professor pesquisador. In PREVITALI, Fabiane Santana. **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Brasil investe mais no campo para avançar na produção de alimentos. Internet, <http://www.agricultura.gov.br/pap>. Acesso em 05ago2015.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. 1818-1883. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011.
- _____. **A ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dias assina portaria que reconhece a categoria de agricultor familiar**. Internet: <http://portal.mte.gov.br/imprensa/dias-assina-portaria-que-reconhece-a-categoria-de-agricultor-familiar.htm>. Acesso em 22jul2015.
- NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2013. Presidente Prudente - SP: 2014.**
- NEVES, Delma P. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli S. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- NITAHARA, Akemi. Funai quer reforço para acabar com conflito entre fazendeiros e índios em MS. **Agência Brasil**. Internet: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/pf-e-forca-nacional-devem-ampliar-presenca-no-ms-diz-presidente-da>. Acesso em 21set2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudo Avançados**. v. 15. n. 45, p. 185-206. São Paulo, 2001.
- PIRES, Admilson M. **Comercialização e venda das cooperativas dos assentamentos de Itapeva (SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Técnico em Administração de Cooperativas, Veranópolis: ITERRA, 1997.
- PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Internet http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_complete.pdf Acesso em 11/02/2008.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEBRAE. **Projeto Político Pedagógico do curso Técnico em Administração**. Escola de Formação Gerencial - EFG. Belo Horizonte, 2015.

SILVA, M.A. Moraes. Se eu pudesse, eu quebraria toas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, M.A. Moraes. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SILVA, Renata Rodrigues da; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio, a cidade e a expansão da socioeconomia Solidária na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Para Onde!?**, v. 3, n. 2, 2009.

SILVA, Osvaldo Heller da. A agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. Revista de Sociologia e Política, n. 12, pp. 161-167. Junho de 1999.

SILVA, L. C. Santos e SANTOS, J. Cristina. A Cana-de-açúcar e o trabalho precário nas agroindústrias canavieiras da Microregião Geográfica de Ituitaba(MG). **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: 2014

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1950 - 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946-2003**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: O debate da esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

THIOLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

THIOLENT, M. Síntese e perspectivas. In: THIOLENT, Michel (org.) **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Educação e revolução. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica de revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não-manuais. **Trabalho Necessário**. Ano 6, n. 7, 2008. Internet: www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN07TROPIA,P.pdf. Acesso em 09set2015

VAZZOLER, Márcia R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2004. 301 p.

VEIGA, José Eli da. (2013) Fundamentos do Agorrefomismo. In, STÉDILE, João Pedro. A questão Agrária no Brasil: o debate da década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. In: CALDART, Roseli S. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010